

Adverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS

PARIS: MAYO DEL 68



DECIR PARÍS, MAYO '68, ES DECIR RESOLUCIÓN ESTUDIANTIL Y ESPONTÁNEA. PERO TODO EMPEZÓ ANTES. EL 22 DE MARZO DÍA QUE DADA HONORAL AL MOVIMIENTO UNIVERSITARIO LOS ESTUDIANTES DE NANTERRE OCUPARON LA EMISORA DE LA UNIVERSIDAD PARA PEDIR LA LIBERTAD DE UN COMPAÑERO.

EL PODER RESPONDE AL MOVIMIENTO CON MEDIDAS REPRESIVAS DURANTE TODO EL MES DE ABRIL (CIERRE DE FACULTADES, CONSEJOS DISCIPLINARIOS). EL 3 DE MAYO, ESTUDIANTES DE VARIOS DISTRITOS, NANTERRE A LA CABEZA, SE CONCENTRAN EN PARÍS. LA POLICIA EFECTUA 422 DETENCIÓNES.

ES LA ESPOLETA: SE PRODUCEN LOS PRIMEROS ENFRENTAMIENTOS. DURANTE UNA SEMANA LAS MANIFESTACIONES SE SUCEDEN. LA NOCHE DEL 10 DE MAYO ALGUIEN CONSTRUYE LA PRIMERA BARRICADE. VIENEN ADODONES, ARDEN COCHES. PARÍS ENTERO ES UN CAMPO DE BATALLA.



APATIA E DESENCANTO

MARTA JULIA LOPES

Uma indagação tem sido constante em nossas reflexões: o que tem determinado a pequena participação e mobilização de professores, funcionários e alunos desta Universidade, no cotidiano das lutas gerais e acadêmicas?

Quero crer que a APATIA é um termo adequado para definir a atitude (ou a inércia), expressa por quem parece ter-se acostumado a não influir na política, nas instituições, nos movimentos sociais e no próprio rumo de suas vidas acadêmicas ou não. O descompromisso com a definição até mesmo do espaço de construção das lutas acadêmicas, permeia inclusive a ocupação de instâncias representativas e deliberativas que delimitam a estrutura não só do poder mas também do saber na Universidade (vide eleição CONSUN).

As esvaziadas discussões sobre os mais diferentes temas propostos são o eloquente sinal de que as coisas não vão bem. A debilidade das associações representativas é, assim, decorrente da dispersão e apatia de seus membros.

Que razões se encontram para esse estado de coisas?

A Universidade, inserida que está no corpo social, reflete o descrédito que temos nas instituições e na política tradicional. Os desmandos, os engodos tipo cruzado, a corrupção desenfreada e institucionalizada, o clientelismo e a falta de dignidade são causas por demais justificáveis para a apatia de amplas massas; é a interminável e facciosa constituinte que frustra as expectativas populares e garante privilégios antigos, e até mesmo os amplia para as elites e estamentos já por demais privilegiados; é a monstruosa impagável e debilitante dívida externa, provocando a humilhante submissão ao FMI e o arrocho salarial. São os conchavos obscuros e espúrios que ameaçam a nomeação de um professor eleito legitimamente para reitor. Enfim, muitos são os acontecimentos e as coisas que deveriam provocar a revolta mas que, paradoxalmente, levam ou legitimam a desmobilização.

Mas, parafraseando o poeta Drumond, apesar de tão fortes essas coisas, nós não somos as coisas e devemos nos revoltar contra elas. E o que fazer? Inicie pela retomada e mobilização das instâncias representativas dos professores, funcionários e alunos, apostando em sua combatividade. Conduza à discussão política da conjuntura, à elaboração conjunta de um projeto político global de sociedade e, em particular, de educação. Passe, necessariamente, por fazer valer os momentos de rara participação como as eleições para reitor. Desemboque nas vitórias e conquistas que nós, trabalhadoras e trabalhadores da Universidade, impingimos áqueles que nunca trataram a educação como prioridade e apostam ainda no obscurantismo e no servilismo.

Para respondermos prontamente a esse imobilismo, é fundamental que a democracia se efetive no cotidiano, que se (re)crie instâncias em que a vontade da maioria corresponda ao compromisso dessa mesma maioria com seus resultados e com suas propostas políticas.

Devemos contrapor às frustrações acumuladas, muita luta e participação; com a politização dos movimentos, com propostas que respondam as necessidades exigidas pela maioria e que efetivamente representem compromisso com os processos políticos e com o exercício do poder.

Essa luta tem que se dar dentro e fora da Universidade, em uma atuação conjunta e bem articulada, com projetos políticos claros e com o entendimento generalizado de que se não for para mudar e fortalecer a democracia não nos serve.

Se momentaneamente o desencanto é o sentimento mais intenso e as saídas parecem impalpáveis, tenhamos a certeza de que refletir sobre a nossa prática atual já é um caminho a ser perseguido que pode levar à construção de novas perspectivas de ruptura com a inércia de hoje.

Marta Julia Lopes, Professora da Escola de Enfermagem da UFRGS e membro da diretoria da ADUFGRGS.

ME RE-REFORMAR?
POR QUE?



Sekender

URP

Informações Contraditórias

Enquanto o Secretário do SESu (Secretaria do Ensino Superior) José Camilo da Silveira, afirma já ter dado ordem de pagamento das URP's correspondentes às ações judiciais julgadas favoravelmente aos docentes, (fala em "quatro ou cinco", lembrando apenas das Universidades Federal de Ouro Preto e do Acre), o Ministro interino da Educação, Luiz Bandeira Filho, afirmou que o MEC (onde é secretário geral) não pretende pagar tais ações. Ele explica que o risco de prisão e até a perda do cargo para reitores que não cumpram as determinações judiciais "é um risco inerente à função de reitor". Bandeira Filho aconselha aos reitores que queiram cumprir as determinações judiciais, para o caso de falta de recursos, que se "penhorem os bens das IFES".

As duas afirmações foram obtidas pela diretoria da ANDES nas audiências de 22 de junho na SESu-MEC e de 23 do mesmo mês no MEC.

EDITORIAL

Quem relata a história o faz sempre com o objetivo de fortalecer forças do presente, disse certa vez Gramsci. Com este espírito iniciamos neste número a discussão da Reforma Universitária.

A referência a um fato passado há vinte anos pode trazer diversas questões, principalmente levando em conta a coincidência histórica com o "Maio de 68". Coincidência que não é de circunstância: a chamada "rebelião estudantil" do fim dos anos 60 (que de "estudantil" teve apenas o começo) foi o sintoma mais imediato de uma crise que colocou em cheque uma sociedade inteira, de "alto" (a Universidade ...) a "baixo" (as relações econômicas dessa sociedade). O fato de os estudantes brasileiros responderem à uma mobilização que juntou seus colegas franceses, italianos, alemães, espanhóis, japoneses, americanos, mexicanos, entre outros, mostra que, embora por aqui Eros não andasse tão à solta, houve mais que uma coincidência: houve uma unidade orgânica no sentido mais profundo daquelas jornadas.

Portanto, discutir a nossa Reforma Universitária nos remete à Maio de 68. É de lá que herdamos as principais idéias que ainda hoje delimitam o debate sobre a questão universitária. Mas é, fundamentalmente, discutir nosso presente: a exigência atual de uma Reforma da Universidade que, por mais tímida (vide USP!) mexe com interesses profundamente arraigados.

Dai nossa preocupação "gramsciana": situar no presente o mais corretamente possível, as forças políticas que no passado deram a resposta que todos conhecemos às demandas de "Maio de 68"...

CARTAS

Companheiros,

Foi com grande prazer que recebemos o primeiro número do **Adverso** e parabenizamos pelo excelente trabalho.

Agradecemos a publicação da matéria sobre a UFBA (Universidade Federal da Bahia) e seu processo de intervenção. Continuamos na luta e esperamos que a UFRGS tenha mais sorte na indicação do Reitor.

Sofia Olszewski Filha
Presidente da APUB — Associação dos Professores Universitários da Bahia.

EXPEDIENTE

ADUFGRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sede: Av. João Pessoa, 109 — 3º andar — Fone: (0512) 26-2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antonio Claudio Núñez
1ª Secretária: Leda Gobetti
2ª Secretária: Marta Júlia Lopes

1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira

ADverso:
Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloína Santos
Joacir Medeiros
Redação e edição:
Juçara Brittes - RG 13.866 (RJ)
Redação e edição:
Diagramação: Sosa
Impressão: Proletra - Fone: 26-7780
Tiragem: 3.000 exemplares.

ELEIÇÕES

Comunidade Apóia Ferrari

Exmo. Sr.
José Sarney
MD. Presidente da República
Palácio do Planalto
BRASÍLIA DF

Interpretando os sentimentos da Comunidade Universitária e reforçando a democracia que buscamos e devemos construir, nós, vereadores de Porto Alegre, vimos à presença de Vossa Exceléncia solicitar para que seja mantida a indicação do Professor Alceu Ferrari como Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em respeito à eleição direta que o elegeu, pela primeira vez na história da Universidade deste Estado.

Lauro Hagemann — líder PCB
Caio Lustosa — PMDB
Jussara Cony — líder PC do B
Antônio Höhfeldt — líder PT
Flávio Coulon — líder PMDB
Werner Becker — líder PSB
Hermes Dutra — líder PDS
Jorge Goulart — líder PL
Terezinha Irigaray — PDT
Valdir Fraga — PDT
Rafael Santos — PDS
Raul Casa — líder PFL
Cleon Guatimozin — líder PDT.

Entidades e autoridades representativas da comunidade têm expressado seu apoio à nomeação do professor Alceu Ferrari para Reitor da UFRGS. Nesse sentido, enviaram correspondência ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Educação Hugo Napoleão, manifestando a necessidade de o Presidente referendar a eleição de Ferrari, e, assim, respeitar a vontade da maioria do público universitário.

Foi com esta intenção que a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do RS convidou o Diretor da Faculdade de Educação para, em 9 de junho passado, falar sobre a realidade do ensino superior no RS e sobre seus projetos para a Reitoria. Depois de ouvi-lo, e a entidades ligadas ao ensino superior (entre elas o MEC, CPERGS, SINPRO, UEE, ASUFRGS, CREA e ACPM-RS) enviou telegrama, assinado pelo presidente da entidade, deputado Celso Bernardi do PDS, ao Presidente da República e ao Ministro Napoleão, solicitando a nomeação do Reitor eleito.

O telegrama ao lado, da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, reproduz o teor da maioria das manifestações enviadas ao governo. Entre elas, assinalamos as dos constituintes Hermes Zaneti, Mendes Ribeiro (PMDB) e Osvaldo Bender (PDS); dos deputados Lélio Souza (PMDB),



Ferrari foi ouvido pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do RS

Mendes Ribeiro Filho (PMDB), Ecléa Fernandes (PMDB), Jauri de Oliveira (PSB), Carrion Júnior (PMDB), Luiz Roberto Ponte (PMDB), Athos Rodrigues (PMDB), e do vereador do PT Antônio Höhfeldt. As entidades que se posicionaram em defesa da nomeação de Ferrari e que comunicaram este apoio à ADUFRGS, são: Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação do RS, Sindicato dos

Arquitetos do Estado do RS, Conselho Regional de Engenharia (CREA), APROPUC (Associação dos Professores da PUC), ADUFMAT (Associação de Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso), ASSUERJ (Associação de Docentes Universitários do Estado do RJ), APUB (Associação de Professores Universitários da Bahia), APROFOC (Associação dos Professores da Faculdade Oswaldo Cruz).

UNI-RIO

Sarney nomeia o último da lista

Saiu a nomeação para o Reitor da UNI - Rio. Pasmem! O escolhido, Osmar Teixeira Costa, é o último nome indicado pela lista sétupla, tendo conseguido menos de 2% dos votos na consulta à comunidade universitária. Osmar Teixeira Costa já marcou sua estréia na Universidade carioca promovendo 5 expurgo, entre eles a do professor Edson Dias Teixeira, por coincidência o mais votado pelos professores, alunos e funcionários da UNI - Rio para o cargo de Reitor.

Conforme Silvio Merhy, 1º vice-presidente da AD local, a comunidade está de luto porque considera o acontecimento "uma tragédia". Na sexta-feira passada, a Aduni - Rio promoveu um ato público em repúdio à disconsideração aos resultados da consulta, para a qual toda a imprensa foi convocada. Além disso, enviou telex para todos os líderes políticos com assento na Assembleia Constituinte e todos os professores remeteram mensagem de protesto ao Presidente Sarney e ao Mi-

nistro Hugo Napoleão.

Ainda conforme o professor Merhy, foi apresentada uma carta ao Reitor nomeado pedindo sua renúncia, a qual respondeu negativamente, acrescentando, quando perguntado sobre a questão, que não convocará eleições para compor sua administração, conforme havia prometido durante a campanha eleitoral. A desculpa pela não manutenção da sua palavra é o temor de ter "inimigos a seu lado".

Audiência no MEC

A falta de diálogo e um clima de tensão marcaram a audiência concedida à diretoria da ANDES pelo Secretário-Geral do MEC, Luiz Bandeira Filho, enquanto ministro interino da Educação, assinala o telegrama enviado pela Entidade às Associações de Docentes Universitários. Intransigente, o Ministro interino demonstrou absoluta falta de respeito pelas reivindicações das AD's afirmando, por exemplo, que as nomeações para reitores que desrespeitam as consultas nas várias universidades são atitudes legais e oficiais.

Face ao relato dos acontecimentos na Universidade Federal do Maranhão (veja matéria nesta página), Bandeira afirma ser "parte do alto preço a pagar no processo de ajuste da democratização". Disse ainda que o MEC "nomeará qualquer um dos componentes das lis-

tas sétuplas", porque é "legal" e que o único critério é o da "competência".

Sobre a Universidade Federal da Bahia, Bandeira considera que a administração do Reitor vai indo muito bem, mas aguarda um posicionamento dele sobre os funcionários, que trabalham em média 3 horas e recebem por oito. Disse também que a exoneração dos diretores das Faculdades é da competência do Reitor.

Para a diretoria da ANDES, o discurso de Luiz Bandeira Filho, longe de significar uma manifestação isolada, enquadra-se integralmente às propostas do governo Sarney — leia-se cinco anos de mandato, arrocho salarial e retrocesso no processo de democratização da sociedade. Recomenda a denúncia de tais fatos e a mobilização da categoria, conforme análise do XVIII CONAD.

MARANHÃO

Eleições para Reitor termina na polícia

A reunião do Colégio Eleitoral Especial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que escolheria a lista sétupla a ser encaminhada ao Presidente da República, para que este indicasse o futuro Reitor, acabou se transformando em tumulto graças ao autoritarismo do atual Reitor, José Maria Cabral Marques e à violência da polícia militar. Estudantes, professores e até candidatos ao cargo em pauta foram espancados pelos policiais que invadiram a Universidade a pedido de

Cabral Marques. Depois de toda a agressão, a votação não respeitou os resultados da eleição anteriormente promovida pela comunidade universitária maranhense. Apesar dos protestos, Cabral Marques encaminhou ao Presidente Sarney, em 17 de junho passado, a lista encabeçada pela Professora Margarida Pires Leal, 5ª colocada na preferência dos eleitores da UFMA. Em consequência dos acontecimentos, o presidente da APRUMA (Associação dos Professores da

UFMA), Moacyr Feitosa, anunciou que a entidade vai recorrer à Justiça para anular a decisão do Conselho e fazê-lo cumprir a vontade dos eleitores. Indignado pela violência praticada pelos militares, o atual prefeito do Campus do Bacanga, onde está instalado a UFMA, colocou seu cargo à disposição do Reitor, o que provocou revolta entre os servidores da Prefeitura, que não aceitam a saída de Oséas Serra Aquino.

ANUNCIE NO ADVERSO

FONE 26-2719

Av. João Pessoa, 409, 3º andar.

**A Diretoria da ANDES empossada no XVII CONAD**

A trajetória de criação da ANDES foi um longo caminho percorrido em quase 13 anos de organização docente. Surgiu, conforme relata um de seus primeiros militantes, Professor de fisiologia e pesquisador na área de Saúde Pública da USP, Carlos Eduardo Malheiros Baldijão, durante a vigência do AI-5, na perspectiva de defesa da Universidade e da luta contra o regime autoritário.

A ANDES, implantada nas bases do Movimento Docente (MD), é hoje uma realidade reconhecida por todos, inclusive pelo MEC, como legítima e única interlocutora dos professores universitários de todo o País. Ao nível internacional relaciona-se com duas entidades de vulto — a CMOP com sede em Berna, Suíça, e com a FISE (Federação Internacional Sindical do Ensino), de Berlim. As duas centrais estiveram presentes no último Congresso da ANDES, ocasião em que esta foi convidada pela CMOP para participar da Assembléia de Melbourne, Austrália, na condição de observadora.

Para Baldijão, a USP é um exemplo típico do advento do MD. Começou por ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no DOI-CODI de São Paulo. Em sinal de protesto, um grupo de professores redigiu um manifesto, colheu assinaturas na Universidade e o movimento docente começou a tomar corpo. O ano de 76 foi significativo nesse sentido. Iniciava-se a discussão sobre a importância de se ter uma entidade que pudesse organizar e mobilizar os professores, em defesa das liberdades democráticas e da Universidade, que sofriam intervenção direta. Esses debates desembocaram em uma assembléia de fundação da ADUSP, em 1º de setembro de 1977.

Repercussão

Outras ADs também tiveram uma origem semelhante. Trabalhavam isoladamente, mas tinham uma atitude bastante clara com relação às questões que se colocavam para a sociedade e para a Universidade naquela ocasião: manifestavam-se sobre questões como liberdades democráticas e anistia, ocupando um espaço significativo junto à imprensa.

A irradiação de manifestações locais foi um fator determinante para a união da categoria, observa Baldijão. Fatos de repercussão nacional, como a paralisação da USP em 78 (reivindicando melhores salários), a elaboração do "Livre Negro" da mesma Universidade e da UFRGS — dando conta dos expurgos de professores — despertaram o interesse pela formação de ADs.

O ano de 78 foi muito significativo quanto ao crescimento do MD. Durante a 30ª SBPC, cerca de 17 ADs (entre associações e movimentos pró-ADs) reuniram-se a partir de uma convocação da ADUSP. Nessa ocasião, discutiu-se o caráter de um encontro nacional, que se concretizou com a realização do I ENAD, em janeiro de 1979.

A pauta desse encontro de caráter nacional já contemplava as bandeiras que iriam nortear a

luta dos professores de III grau, sob a coordenação de seu foro nacional — a ANDES: ensino público e gratuito, democratização da universidade, questões trabalhistas e salariais e o controle ideológico dentro da Universidade. Desde sua fundação, a ANDES tem tido a preocupação de entender estas questões enquanto parte integrante da conjuntura nacional, explica o ex-diretor da entidade. Portanto, diz, sua luta é, ao mesmo tempo, pelo avanço do processo democrático brasileiro.

O II ENAD, em janeiro de 80, realizado em João Pessoa, foi palco de uma discussão em torno de uma identidade nacional e o encontro seguinte, 11 meses depois, o Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior marca o nascimento da entidade.

Ligaçao Com as Bases

Conforme o professor da USP, a estrutura interna do MD sempre foi marcada pela preocupação de se ter uma entidade autenticamente democrática. Dessa forma, o Congresso, seu órgão máximo de deliberação, é composto quase que exclusivamente pelas bases. Seus delegados são eleitos diretamente pelos docentes e o número de seus membros é proporcional ao de associados das ADs. Há um delegado para cada 100 associados até 500, um para 250 até mil eleitores e um para 500 e mais de mil. Além desses delegados, há mais um representando a diretoria da AD.

Outra característica da Associação Nacional, relata Baldijão, é a autonomia que as ADs desfrutam. Não são obrigadas a cumprir as deliberações do Conselho. Se o fazem é através do entendimento político. Por essa razão, a diretoria é exclusivamente executiva. Limita-se a encaminhar para o MD as deliberações do Congresso e do CONAD (Congresso Nacional de Associação de Docentes), segunda instância da ANDES.

A questão da filiação à CUT exemplifica a liberdade de ação das ADs. Embora no último Congresso a imensa maioria dos delegados fosse pessoalmente favorável à filiação, foi aprovada apenas uma proposta indicativa para ser retomada na próxima reunião — quando suficientemente discutida pelas bases.

Entidade Maldita

Segundo Baldijão, a ligação com as bases constitui a força da ANDES que, por ser forte e independente, tem conduzido com muita clareza as reivindicações do MD. Esse fato fez com que se tornasse uma entidade maldita diante do governo, dos empresários de ensino e da imprensa. Esta última, diz, subordinada aos poderes estabelecidos, portanto sem independência e liberdade, entra no jogo e não dá espaço para a ANDES. O professor acredita que os avanços nesse sentido caminharão juntos com a democratização de toda a sociedade — estandarte carregado pelo Movimento Docente desde sua fundação.

Agricultores sem terra ocupam a Fazenda Experimental da Universidade Federal de Pelotas. Este fato estaria antecipando a ocupação dos Hospitais Universitários pelos milhões de doentes sem recursos médicos, dos ambulatórios da Faculdade de Odontologia pelos milhões de desdentados, das Faculdades de Educação pelos milhões de analfabetos...?

A Questão Agrária Brasileira

MANOEL LUZARDO DE ALMEIDA

O tema, por si só, já é um desafio.

Dessa forma foi que o entendemos. Para tanto, nos preocupamos em contribuir com algum subsídio dada a sua complexidade.

A solução para o "déficit" alimentar, tanto em nações capitalistas, bem como do bloco dos países socialistas, não se consegue pela forma simplista de distribuir terra, com recursos públicos, para os chamados "Sem-Terra".

Não se pode pretender que a solução para todo esse questionamento enfeixado sob a denominação de "reforma agrária" fique limitado a injustiças da estrutura agrária.

E sempre oportuno alertar para o fato de que foram necessários quinhentos anos para que a agricultura ocupasse pouco mais de um quarto do território brasileiro.

Na realidade, só recentemente é que apenas 220 milhões de hectares foram identificados, preenchidos com culturas permanentes, temporárias, pastagens formadas, artificiais e reflorestamentos.

É preciso também reconhecer que temos duas agriculturas. Uma, localizada principalmente nas regiões centro-sul, que pode absorver mais tecnologia, desenvolveu-se e produz para os mercados interno e externo. Outra, que preenche maior espaço no mapa, de subsistência, ainda quase extraíva, que não renumerava a atividade e mantém os que nela vivem em miséria absoluta.

São, na realidade, duas agriculturas distribuídas em pequenas, médias e grandes propriedades. Examinando-se outros aspectos, conviria enfatizar que, propositadamente, muitos desconhecem as limitações determinadas pela própria formação geológica de um solo e que, em função dessa, a sua vocação deve ser respeitada. Vale dizer: mesmo numa propriedade produtiva, nem toda a área pode ser cultivada.

Esquecem-se muitos também que a moderna tecnologia agrícola exige investimento em infraestrutura, maquinários, defensivos, adubos, sementes selecionadas, tecnologia e mão-de-obra especializada, o que corresponde entre 85% a 90% da aplicação total. A área agricultável responde apenas por 10% ou 15% do custo da produção.

Equivale a dizer que há preponderância da profissionalização do homem sobre o fator "terra disponível".

Há necessidade, portanto, que se eleve o nível técnico do rurícola para que ele sobreviva e tenha condições de crescimento.

A "contrariu sensu", mostra que o homem despreparado, a quem se entrega uma terra sem trato, pode — e assim a prática tem demonstrado — ficar mais miserável do que já era.

Conviria ainda referir aqui que o Plano Nacional de Reforma Agrária (1986) viável foi muito mal lançado.

Seus idealizadores e eventuais executores falharam em apresentar à sociedade

brasileira um projeto mantido em sigilo, numa demonstração de que o governo não tinha interesse em incorporar críticas e sugestões, do que resultou um desnecessário clima de apreensões no meio rural, com danosos reflexos nas perspectivas da produção agropecuária.

Isso também nos fez, pessoalmente, partir para o debate, e o fizemos reunindo numa publicação, sob o título "Reforma Agrária", aqueles elementos capazes de alertar para os graves erros do documento oficial, com o qual se pretende solucionar o problema da terra e do homem.

Estamos absolutamente convencidos de que essa temática exige muitas contribuições. Há aspectos, na sua fase de implantação, que mais têm conturbado o meio rural brasileiro, do que propriamente encaminhado soluções, as quais não se obtêm a curto prazo. Em todo esse amplo contexto, parece que a preocupação dominante tem sido a guerra do "slogan" baseado no refrão: função social da terra, propriedade improdutiva e/ou mal explorada, entre outros tantos.

Mas, na realidade, poucos se têm preocupado em mostrar que há um conjunto de fatores e que não agem isoladamente.

Citaria a ausência, propositada ou não, de uma "política agrícola", constantemente reclamada pelos segmentos responsáveis pela produção nacional de alimentos destinados ao consumo interno ou aos mercados externos, concorrendo assim com mais de 50% das divisas em moedas fortes para aumentar a capacidade de importação daquilo que ainda é essencial à economia nacional.

De um extenso elenco de sugestões destinadas a solucionar problemas relacionados com a QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, citaria as seguintes: implantação de uma política agrícola que não se limite a solucionar problemas conjunturais, porém que se destine a estabelecer mecanismos de ação duradoura; programas de fomento à agropecuária, observando-se sempre as características sócio-culturais e econômicas regionais; recursos financeiros que permitam aos órgãos de assistência e de extensão rural realizar junto ao produtor um trabalho eficaz, de modo a influir na sua produtividade; redimensionamento do crédito rural, conforme as necessidades e peculiaridades das culturas regionais.

Em síntese, estas colocações têm o propósito de ressaltar a complexidade e a dimensão do tema, que somente através de debates se poderia contribuir com novos subsídios para solucionar questões complexas e polêmicas.

MANOEL LUZARDO DE ALMEIDA,
Prof. Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Rompendo o Isolamento

JALCIONE ALMEIDA

O Brasil é um país que se apresenta com uma alta concentração de terra e renda. Com relação à terra, em 1985, 1% dos proprietários de imóveis rurais detinham cerca de 45% da área total de terras; 83% da área de propriedades era ocupada por latifúndios e apenas 10% por minifúndios. Da área agricultável, 61% não era aproveitada. Em relação à renda, no mesmo ano, 5% dos mais ricos abocanhava 33% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres apenas 15% dela. A intensa migração, a violência crescente no campo, as péssimas condições de vida e trabalho dos camponeiros completam este lastro de miséria e extrema desigualdade, deixando abaixo da linha de pobreza absoluta cerca de 43% da população rural.

Essa situação é resultado de um processo histórico e tardio de uma revolução burguesa realizada "pelo alto", que estimulou a concentração monopolista da propriedade da terra, foi geradora do domínio latifundiário, intensificou o processo de proletarização e/ou exclusão dos minilatifundiários, pequenos proprietários, posseiros,

parceleiros e trabalhadores rurais, proporcionando o desenvolvimento do capitalismo no campo via latifúndio, com o forte incentivo e controle do Estado. Este, aparece como o efeito representante, incentivador e regulador dos interesses industriais e financeiros — em sua essência implementando políticas visando ao acúmulo e à reprodução do capital.

Mesmo tendo esta compreensão do processo capitalista, ou mesmo na justificativa do entendimento parcial dele, alguns setores combativos do movimento rural, equivocadamente, identificam o "diabo" do latifúndio como "causador de todos os males", elegendo-o seu principal inimigo. Além desse equívoco, não foi possível a efetiva inserção da luta pela reforma agrária nas lutas políticas mais gerais da sociedade e o questionamento do caráter do Estado brasileiro. Assim, reconhecemos, esta luta permanece confinada aos "setores rurais", compartmentalizada e sem empolgar cidades urbanas importantes para a luta, apesar dos marcantes e relevantes exemplos humanos de tenacidade, bravura e sacrifício

de pessoas que, em inúmeras jornadas por todo o país, buscaram (e buscam) resistir e se impor à injustiça e à violência do Estado, "corporificados" na figura do latifúndio.

A Universidade brasileira, como estrutura "bem comportada" desse Estado, e até agora muito bem controlada por ele, tem se mostrado omissa e descompromissada em relação a diversas questões sociais importantes, inclusive a reforma agrária. Vez por outra, saiu da omissão para, mesmo, se contrapor à reforma agrária pretendida pelos movimentos sociais rurais. A Universidade, enquanto produtora de "saber" e "técnicas", parece não dispô-lo ao interesse da maioria despossuída, preferindo servir a outros interesses. Salvo honrosas e dignas exceções que merecem todo o nosso respeito, os intelectuais acadêmicos mostram-se quase que totalmente descompromissados com as causas populares. Com esta postura, a Universidade iguala-se a tantas outras instituições que preferem o "apoliticismo" — que na verdade é uma política — e a imobilidade descomprometedora.

Para sair desta situação, deste marasmo generalizado e embrutecedor, e imprimir um novo rumo a esta e tantas lutas cruciais para a sobrevivência de milhões de trabalhadores e suas famílias, no campo e na cidade, é necessário, além da correta compreensão política do momento pelo qual passamos, que os intelectuais acadêmicos se envolvam e se comprometam com as questões políticas que transitam além de seu cotidiano universitário específico. O engajamento político nas lutas por melhores condições de vida e trabalho da população em geral, não somente aquelas restritas ao âmbito da Universidade, devem ser condição primeira para transformação do atual quadro político, social, econômico e cultural. Desta forma, poderemos pensar em conquistas como salários dignos, reforma agrária e justiça social neste país.

Jalcione Almeida
Engenheiro Agrônomo, mestrando de Sociologia Rural da UFRGS.

A Omissão da Universidade

MARLI CASTRO--

O papel que a Universidade desempenha na questão da Reforma Agrária é praticamente escondido, se é que existe. Até o momento não deu para ver uma participação mais decisiva, apesar da existência de uma proposta teórica das Universidades brasileiras. O fato é que ela se omitiu desde o início das discussões, desde a criação do projeto de Reforma Agrária, em 1985, onde caberia muito bem a sua participação. Foi uma questão totalmente vazia.

Eu nunca entrei na Universidade para estudar, para aprender as coisas, mas acredito que dentro do currículo, dentro do contexto do ensino essa questão deveria ser colocada. E então fica um estudo muito teórico, muito vazio, e que acaba não intervindo no processo. A faculdade de Agronomia, por exemplo, tem a ver com a questão técnica. A Veterinária também. A Faculdade de Medicina tem ligação com a saúde, com os problemas sociais, a Educação... todo mundo está envolvido dentro do contexto. Mas é justamente aí que se dá o distanciamento.

"O Ensino é direcionado para o conservadorismo".

Nós sabemos que todo o ano sai uma formada de formandos da Universidade. Mas em que estas pessoas estão contribuindo para resolver os problemas sociais? É uma grande pergunta.

Nós sabemos hoje que a pequena propriedade está sendo engolida, está sendo exterminada por uma política agrícola, que seria de responsabilidade do Governo Federal, é claro. Mas a falta de acompanhamento técnico, de uma alternativa técnica também é causadora desta situação. E este seria o papel, a função das universidades.

Infelizmente nós sabemos que o pessoal que sai de lá formadinho, não sai preparado para trabalhar com a pequena propriedade, com os problemas sociais. São pessoas que já vão para lá direcionadas. Ou são filhos de grandes proprietários, ou já vão pensando em trabalhar na grande propriedade.

O ensino é direcionado para o conservadorismo, para a alta burguesia. Enquanto isso os problemas continuam.

Esta questão está muito clara, por exemplo, na educação. Que tipo de educação rece-

bemos hoje? Também está direcionada para conservar o que está aí. Não tem nenhuma dúvida que a educação distorce as realidades. Se vamos contar a história direitinho, não foi isso que aconteceu. Foi Pedro Álvares Cabral que se perdeu no mar e achou o Brasil? Foi D. Pedro I que nas margens de um rio deu um grito, independência!? Foi isso? Não foi. Mas por que é colocado assim? Porque, também, nossos filhos não aprendem a fazer contas de juros, a saber quanto o pai vai pagar de juro para os bancos? Porque não aprendem a cubar a terra, a cubar madeira? Isso não se aprende no colégio. Nem a medir a terra, a calcular que tanto por tanto dão tantos hectares.

Me parece que o filho do agricultor tem que ter uma educação um pouco diferenciada da do trabalhador urbano. Então, precisa de uma alternativa.

Eu não sei dizer se meu filho vai ser um trabalhador da terra ou urbano, mas eu devo prepará-lo para ser um trabalhador da terra porque é onde ele está hoje, pelas tradições. O que adianta para o meu filho ir para o colégio e aprender "y + não sei o quê"?

A não ser ler e escrever, tudo que aprendi no colégio não está me adiantando nada, e estudei até a 7ª série. E da mesma forma acontece com o trabalhador urbano. Portanto a teoria não está condizendo muito com a prática. Tenho até um exemplo concreto: Em uma época atrás, meu pai chamou um veterinário formado em Passo Fundo para ver uma vaca que estava com problemas de parto. Antes de ter o terneiro ela botava todo o útero pra fora. O veterinário chegou lá e não soube dizer o que deveria fazer para resolver o problema. Resolvemos costurando as partes do animal. Então eu pergunto: o que resolve ter uma formatura se não se consegue resolver um problema simples?

Hoje nos assentamentos isso acontece muito. Os técnicos chegam lá e se defrontam com uma realidade totalmente diferente e não sabem contribuir.

"O que resolve ter uma formatura se não se consegue resolver um problema simples?"

Mas mesmo assim nós precisamos de ajuda. E estaria aí uma grande contribuição

da universidade. Aqui perto de Porto Alegre, por exemplo, tem 4 assentamentos e o pessoal está sentindo uma enorme dificuldade, uma grande carência técnica, embora, por exemplo, a formação técnica dos agrônomos não esteja ligada com a prática dos assentamentos. Mas por que a Universidade não faz com que os estudantes e os professores dêem um acompanhamento? Seria interessante o pessoal ir lá, fazer uma experiência, contribuir, ver de perto as propriedades rurais. A principal coisa é conviver com a pequena propriedade. Ver de perto o que são as propostas de trabalho coletivo, quais as dificuldades que estão sendo enfrentadas. As outras faculdades também podem contribuir: a Educação, a Medicina, etc. Nessas áreas existem propostas alternativas nos assentamentos. E eles não vão nem ver o que é.

"Devo preparar meu filho para ser um trabalhador da terra porque é onde ele está".

Na experiência da ocupação da Fazenda da Palma, da Universidade Federal de Pelotas, nós conseguimos conhecer a verdadeira as universidades. O que mais nos marcou foi saber como funciona a universidade, qual sua estrutura. Ficou claro para nós que ela foi criada para alimentar o que está aí. Não tem nada lá dentro que vá contribuir para realmente mudar. A Universidade não está aí para mudar, mas para conservar.

No caso da Fazenda da Palma, que tem uma área de 1.257 ha, o objetivo é o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas esta área está ociosa hoje. Não está sendo utilizada para nada. Nossa proposta de buscar um trabalho comunitário e alternativo, diferente do que está sendo proposto nos assentamentos, que pudesse ter a administração de um projeto em conjunto com a Universidade, envolvendo professores e alunos de diferentes áreas não foi aceita. E o projeto tinha sido criado em conjunto com a universidade.

No início pedímos 500 ha para 49 famílias. Reduzimos para 400 e mesmo assim não deu. Daquela área toda, cerca de 800 hectares são campos ociosos. O resto são matas nativas e plantadas. Tem mais ou menos 36 casas construídas para moradia que nunca foram usadas. Há também dois

tambos de leite que nem sequer foram inaugurados, uma série de armazéns e máquinas (plantadeiras, tratores) que estão sendo tapados pela capoeira.

Os Conselhos Universitários, que são a representação da força reacionária externa dentro da universidade, jamais iriam admitir a nossa permanência lá. Mais por uma questão ideológica, segundo as palavras do próprio Reitor. Ele disse que nós poderíamos criar quantos projetos quiséssemos que nenhum iria passar.

Ficamos na fazenda de 23 de novembro de 1987 até 1º de maio de 1988. Mas só 12 dias na Palma. Quando o ministro Brosard esteve em Pelotas exigiu nossa retirada.

"A pequena propriedade está sendo engolida, exterminada por uma política agrícola".

Foi criada toda uma situação que deu para ver que realmente a universidade não está preocupada com a questão. Uma pequena parcela se manifestou contrária; os que formam favoráveis também eram poucos. A grande maioria não se manifestou. A palavra final foi a do COCEP, que não é a última instância. Mas desistimos porque achamos que era perda de tempo.

A votação deu cinco votos favoráveis e sete contra. Mas ficou claro que nunca chegariam a um acordo porque o próprio relator, que só tem que relatar, fez um relatório direcionado, pedindo que se manifestasse contra o projeto. Então, foi uma decisão totalmente ideológica e injusta.

É importante relatar que o Mirad, a Secretaria da Agricultura e a Comissão de Agricultura e Pecuária estiveram acompanhando o processo, mas não adiantou.

Nós decidimos então ocupar a fazenda Itapuy, em Canoas, com a intenção de aplicar o mesmo projeto. Ele será acompanhado por professores de Pelotas. Eles vão contribuir por uma questão pessoal e não via Universidade.

MARLI CASTRO
Membro da Coordenadoria Geral do Movimento dos Sem-Terra
Acampado na Fazenda Itapuy, em Canoas

R. O objetivo principal foi o de dar uma estrutura moderna à Universidade Brasileira, aumentando a frequência na realização de seus propósitos. A modificação estrutural residiu principalmente na instituição dos departamentos, com a atenuação das fronteiras internas da Universidade, formada pelas antigas unidades tradicionais, escolas e instituições que passaram a ser elementos menos significativos na nova estrutura proposta a partir de 1968. Os departamentos é que deveriam assumir o papel mais importante na reunião de todos os esforços de natureza acadêmica e administrativa, como base fundamental, célula fundamental da estrutura universitária. E assim foi feito, embora em grau muito variado de universidade para universidade.

Percebe-se logo que as grandes e tradicionais universidades brasileiras resistiram muito à idéia de modificação tão radical de sua estrutura, porque a idéia de escola era muito arraigada à estrutura anterior.

A universidade brasileira é relativamente jovem, o ensino superior não. Este último se implantou no Brasil, por assim dizer, por escolas isoladas, com a chegada de D. João VI, quando a Corte portuguesa se transladou para o Brasil. A tradição era a das grandes Escolas. As faculdades de Direito, as grandes escolas de Engenharia, as faculdades de Medicina... e subitamente a lei modificou este critério, impôs uma modificação no sentido de enfatizar o departamento e não a Escola sob a alegação inclusiva de razões econômicas, para evitar duplicações.

"Criando uma nova instituição (talvez) o caráter dos brasileiros se modifica por milagre".

Em um regime em que a Universidade é formada pela agregação, por uma federação de Escolas, cada faculdade tem a seu cargo a formação de uma determinada carreira, com um determinado currículo de estudos. As faculdades de Engenharia, Medicina de então continham, no elenco de suas catedrás tradicionais, todo o ensino básico e aplicado correspondente a sua carreira e isto gerava, no âmbito da Universidade como um todo, consideráveis duplicações que eram vistas pelo governo como desperdício. Veja por exemplo a matemática. Era uma disciplina que se ressava em inúmeras carreiras. Cada faculdade tinha sua sequência de catedrás de matemática. Então havia tópicos de matemática espalhados pela Universidade sem qualquer correlação entre eles, sem qualquer titulação. Doze, 15 catedrás de matemática e que não se socorriam mutuamente. Quando um professor faltava, a faculdade não era possível buscar socorro ao professor da faculdade vizinha. E esta foi uma das invocações para substituir a estrutura por aquelas dos departamentos que reuniram professores afins, de modo a haver maior rendimento. Isso enfraqueceu consideravelmente a idéia da faculdade, muito arraigada como eu disse, nas Universidades brasileiras. Estas se criaram por simples agregações, pela formação de uma espécie de federação de grandes escolas profissionais. A substituição dessa idéia por uma estrutura totalmente nova do departamento encontrou sérias resistências. Estas se manifestaram no Rio Grande do Sul, muito embora ache que posso dizer que a UFRGS foi, entre as grandes escolas, a que mais espontaneamente e mais decididamente acolheu as teses da reforma.

Em outras universidades verifica-se que seus estatutos foram simples tentativas de acomodar-se à exigência da lei, num plano muito superficial, assim que no fundo, perdurou a estrutura tradicional. Isto com relação ao que ocorreu de 1968 a 1972.

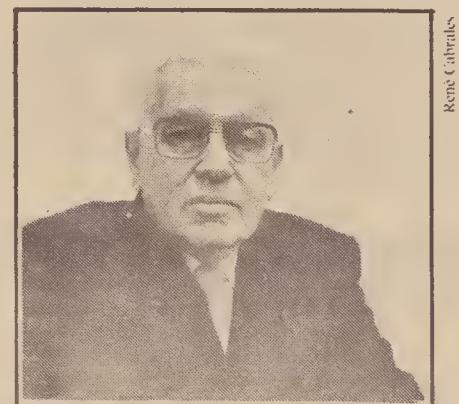
P. — No relatório final do projeto de reforma executado durante a gestão do professor Faraco, lê-se que entre os objetivos dos novos estatutos está a democratização do ensino. O que significava, na época?

R. — Francamente eu não recordo, não sei qual documento você leu. Mas o que se entendeu na ocasião sobre democratização do ensino é o que se entende ainda hoje: oferecer o acesso do ensino universitário a

REFORMA UNIVERSITÁRIA

VINTE ANOS DEPOIS

O Professor Manoel Luiz Leão, da Faculdade de Ciências Econômicas e do Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS, participou da Comissão de Planejamento (COPLAD) que, designada pelo então Reitor Eduardo Faraco, preparou a proposta de Estatutos e Regimentos nos quais se baseou a reforma da Universidade a partir de 1968. Para o professor, que hoje representa a Faculdade de Ciências Econômicas na Comissão de História da Universidade, a Lei 5.540 foi uma lei bem intencionada. Acha que por ter sido mal acolhida, mal cumprida e deliberadamente distorcida, não conseguiu realizar seus objetivos.



Professor Manoel Luiz Leão

segmentos cada vez maiores, aos menos privilegiados da sociedade brasileira. Esta modificação disse muito com a idéia do vestibular. Não foi essencialmente da lei que reformou a universidade, embora se reconheça, decorra daí. O fato é que houve profundas modificações, alterações na concepção do exame de admissão à universidade, visando estender o acesso a ela, aos oriundos de todas as modalidades de curso secundário, não só as mais privilegiadas, digamos assim, de formação secundária clássica ou científica dogmática, tradicional, e criando um exame que procurasse enfatizar, como requisito de ingresso, aquilo que havia de comum apenas, não mais, em todas as formas de ensino secundário, criando inclusive, um exame unificado. Quer dizer, o acesso seria feito por uma avaliação do aluno não prospectiva como era, e isto constituiu uma das grandes preocupações da democratização do acesso. O vestibular das faculdades isoladas tinha um caráter muito prospectivo: perquiria-se no candidato aptidões naqueles domínios que seriam depois fundamentais no curso, na profissão dele. As matérias eram distintas, em profundidade muito variada conforme o vestibular que fazia para uma faculdade ou outra.

"...sempre pareceu aos brasileiros que copiavam as instituições estrangeiras (...), conseguíramos ter a mesma perfeição..."

E a preocupação da legislação decorrente da lei 5.540 foi a de que o vestibular deixasse de ser prospectivo. Que passasse a ser um retrospecto daquilo que o aluno havia colhido em qualquer forma de curso secundário que tivesse feito. Então, ao invés de se preparar um exame específico que atingisse em profundidade inclusivas aspectos que ele não tinha visto no secundário o obrigava a se submeter a um curso de preparação. Criava-se a pressão da parte dos pais dos alunos, inclusive sacrificando a formação secundária geral, para já no 2º, 3º ano separar turmas conforme o destino do aluno.

Assim, o ensino estava mais voltado ao vestibular e menos voltado para os interesses de longo prazo de formação cultural.

P. — Pelo vestibular, democratizava-se o ensino?

R. — Sim. Assegurava a preocupação principal da Lei 5.540 que era a de garantir

o acesso à Universidade, à juventude portadora das condições potenciais de melhor aproveitamento do esforço universitário, procurando eliminar fatores de privilégio para essa seleção. Já que o ensino superior em sua maioria é gratuito e oferecido pelo Estado, esta é a preocupação.

Hoje o conceito de democratização da Universidade tem outra conotação. Significa a participação de todos os segmentos da vida universitária no poder decisório.

P. — E qual a sua posição?

R. — É cética. Muito cética.

P. — Por quê?

R. — Eu acho que a Universidade é uma instituição que tem objetivos muito definidos na busca da excelência. Isto faz dela uma instituição necessariamente hierarquizada. Veja por exemplo o Informativo da ADUFRGS (publicado em maio de 88). Eu me ponho em posição inteiramente antagonista àquelas que dizem que a Lei 5.540 foi um instrumento de repressão. O informativo da ADUFRGS publicou em primeira página um editorial pelo enredo da nova lista para o cargo de Reitor, se manifestando muito radicalmente contra o que representou a Lei 5.540, com um "instrumento de tecnocracia e mandarim pseudo-acadêmico". Na realidade esta Lei apoiou duas velhas aspirações da esquerda brasileira. Uma delas é a representação estudantil nos colegiados, e a outra a abolição da catedra, que era o princípio hierárquico da Universidade. Como havia catedrás e catedráticos que cumpriam mal as suas funções, a solução bem tipicamente brasileira, em lugar de buscar reparar os abusos, corrigir as situações erradas e responsabilizar os culpados, aboliu a instituição sob a alegação, talvez, de que criando uma nova instituição o caráter dos brasileiros se modifica por milagre. Não é a primeira vez na história que isso ocorre. Em 1889 abolidos a Monarquia para instituir a República Federativa, duas instituições estranhas à história do Brasil.

P. — Não seria porque o vestibular é um concurso?

R. — Ele é um concurso. O acesso à universidade não pode ser expandido a uma população que cresce ilimitadamente, portanto deve haver um concurso, uma seleção. Mas o problema que se instala é saber qual o critério mais democrático, e na realidade o vestibular unificado talvez devesse ser limitado a uma prova de conhecimentos gerais de nível intelectual parecido com o sistema que se pratica em outros países. Nos Estados Unidos por exemplo, os alunos do fim do secundário se submetem a uma prova chamada "Scolastic Aptitude Test" (SAT). É uma prova de nível intelectual, de habilidades numéricas e não numéricas e submetem o resultado desse exame (realizado nacionalmente) às universidades as quais pretendem ingressar. Lá não há vestibular. De posse dessas informações sobre o resultado dos candidatos no teste e do histórico escolar, as universidades escolhem seus novos alunos. Na realidade o nosso vestibular, embora unificado, ele nunca deixa de perquirir mais do que o nível comum ao secundário e os professores universitários que elaboravam as provas do vestibular constumavam querer-se do resultado insatisfatório da aplicação da prova. Não sei se você lembra daqueles histogramas publicados pela imprensa. Em uma prova de matemática, por exemplo, com 70 questões, o número de acertos fica um pouco acima de 17, 18, 19. Significa que um grande número de candidatos tinha acertado apenas 20% da esperança matemática. Em uma prova formada por questões de cinco opções, ao acaso se acerta a 5%. Isso significa que a prova não estava ajustada ao conhecimento médio e comum às outras provas do secundário como a lei esperava. O que se vai evidenciar do desajuste da prova, vai ser o descalabro do curso secundário.

P. — E o que a reforma universitária coupiu?

R. — Copiamos os departamentos da universidade norte-americana, como colarinho da extinção da catedra. Baseado em uma estrutura hierárquica o catedrático conquistava por concurso, a sua posição. Passava a ter responsabilidade e certa jurisdição sobre um segmento do labor universitário, tinha responsabilidades pela seleção, recrutamento e direção de seus colaboradores, respondia pela qualidade do ensino. E tudo isso foi substituído por uma instituição também inteiramente estranha à tradição universitária e acadêmica brasileira. Até hoje a Europa tem suas universidades estruturadas por catedrás. O departamento é uma figura tipicamente norte-americana, que lá funciona muito bem, no contexto de uma sociedade diferente, com premissas filosóficas e éticas inteiramente diferentes das nossas. O resultado depois de 20 anos não é nada animador. Percebe-se, sabe-se, nota-se a unidade de intenção reformadora na universidade que restabelece o regime anterior, a começar pelo reni-

velamento das faculdades, das universidades universitárias e de seus órgãos deliberativos — a Congregação ou seus sucessores. Provavelmente, embora não se manifeste abertamente, haja também uma certa nostalgia da universidade da reforma, em relação à catedra.

tão, mais um subterfúgio?

R. — Acho que sim. Mas contraria o que diz aqui no informativo da ADUFRGS. Não foi um instrumento de repressão. Ela traduziu uma preocupação decorrente de uma tese fundamental: qual o papel fundamental da universidade.

No entendimento, digram assim, conservador, tradicional, o papel da universidade é buscar a excelência acadêmica. Esse é o principal dever da universidade. E através da excelência acadêmica, produzindo cérebros, estimulando cérebros capazes em todos os segmentos da cultura, a Universidade realiza sua melhor tarefa em favor do desenvolvimento nacional.

Mas há outra tese que infelizmente prevalecem hoje. Ela é meramente um instrumento de mudança. No momento em que a universidade já foi aceita desse modo, todas as demais premissas caem, e todos os indivíduos que pensam como eu terão que se curvar e acompanhar a marcha da Universidade, porque ela deixa de ter a preocupação pela formação, pelo desenvolvimento, pela excelência para ser apenas o instrumento de uma ação revolucionária, de acordo com as concepções de alguns.

R. — Bem. Por um lado porque acho que há certas coisas que precisam ser revisadas, porque já faz 20 anos. O que é surpreendente é que nesses 20 anos, em nenhum momento a Universidade retomou o seu processo decisório para o qual ela era perfeitamente competente, para readjustar erros da reforma de 68. Fala-se muito contra ela. Mas há muitas coisas que poderiam ter sido feitas, consertadas, emendadas se houvesse o real empenho em zelar pela função da Universidade no desempenho da excelência nacional.

R. — Então acho que ela também foi uma lei de oportunidades ditada pela situação presente. A Alemanha também, de certa forma, capitulou sobre essa questão, e há 20 anos atrás revogou todas as concessões que havia feito aos reclames estudantis de 68. Revogou melancolicamente porque chegou a conclusão que a universidade alemã estava sendo derrotada pelo esquerdismo e nem sequer havia muita gente nas galerias do Rundestag — Parlamento Alemão — no dia da votação.

Além de ser um pouco a concessão das aspirações estudantis, a Lei 5.540 tinha seu bojo também uma preocupação de eficiência de desenvolvimento por causa de um certo cunho de preferência pelas atividades da tecnologia. E porque se preocupava muito com a eficiência da universidade, não se preocupava tanto com os aspectos culturais e tradicionais, com a história de evitar duplicações, de catedrás e ex-catedrás afins dos departamentos e assegurar, assim, maior eficiência ao esforço da Universidade.

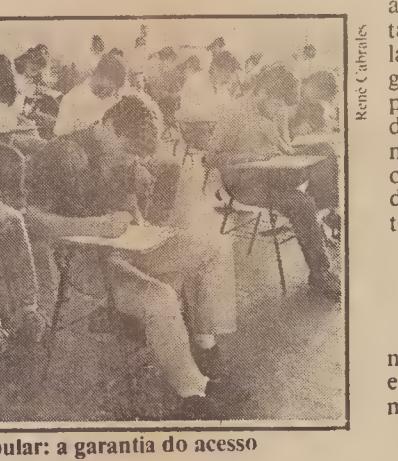
R. — Qual seria, então, o caminho?

R. — Eu não sei, mas acho que esse é daqueles problemas que só o tempo resolve.

"Eu não imaginava que os departamentos fossem sucumbir tão facilmente aos desfeitos da catedra..."

P. — Com educação?

R. — Educação, conscientização, amadurecimento cultural... Mas a Universida-



Vestibular: a garantia do acesso à Universidade

P. — A República e a Monarquia?

R. — Não. A República e a Federação. Passados 100 anos está aí o resultado para quem quiser ver. Mas sempre pareceu aos brasileiros que copiavam as instituições estrangeiras, que lá funcionam muito bem, conseguiram ter a mesma perfeição.

P. — E o que a reforma universitária coupiu?

R. — Copiamos os departamentos da universidade norte-americana, como colarinho da extinção da catedra. Baseado em uma estrutura hierárquica o catedrático conquistava por concurso, a sua posição. Passava a ter responsabilidade e certa jurisdição sobre um segmento do labor universitário, tinha responsabilidades pela seleção, recrutamento e direção de seus colaboradores, respondia pela qualidade do ensino. E tudo isso foi substituído por uma instituição também inteiramente estranha à tradição universitária e acadêmica brasileira.

P. — Há quem proponha mecanismos de cobrança na Universidade...

R. — Mas o problema é qual o mecanismo de cobrança? Se tivéssemos disposição para mecanismos de cobrança a catedra estaria ai até hoje, florescente. O que nós fazemos são subterfúgios para não fazer isso. É uma questão de índole.

P. — Por exemplo?

R. — As representações estudantis nos órgãos colegiados, aabolida a catedra, a autoridade. Porque há quem diga que progredir no rumo da democracia é abolir a autoridade, quando eu acho que é exatamente o contrário: quanto mais de-

mocracia e uma forma de investidura maior a autoridade de quem a detém. Senhoridade não há como impedir isto. Isto é que se entende por democracia a contestação de toda e qualquer autoridade. Há até uma anedota, que não sei se fundamento, mas acho que tem. Um Reitor da nossa Universidade visitou a União Soviética, foi recebido pela ministra da Educação Soviética, uma pessoa de grande projeção na URSS. E no diálogo que mantiveram, dificultado pela língua inglesa, que não era língua materna de nenhum dos dois, lá pelas tantas o visitante perguntou sobre a questão da representação estudantil nos colegiados superiores da Universidade Soviética. De inicio a Sra. Ministra pensou não haver entendido a pergunta. Depois, visivelmente agastada, ela encerrou a entrevista e acompanhou o visitante até a porta. À guisa de despedida disse: "Sr. Reitor. Este é um país sério!" Porque ela achou que ele estava fazendo charada, tal o absurdo do que ele havia perguntado!

"Hoje se entende por democracia a contestação de toda e qualquer autoridade".

Mas não acho que este tenha sido o maior. Eu tenho convivido em vários colegiados da Universidade com representantes estudantis, bastante contestadoras mas acho que não há prejuízo maior nisso. O grande prejuízo foi a destruição do sistema tradicional da catedra e a sua substituição por uma tentativa de copiar um regime que praticamente só existe nos grandes países como os EUA, onde funciona bem.

P. — Os professores propõe uma nova estagiante. Como o Sr. a vê?

R. — Bem. Por um lado porque acho que há certas coisas que precisam ser revisadas, porque já faz 20 anos. O que é surpreendente é que nesses 20 anos, em nenhum momento a Universidade retomou o seu processo decisório para o qual ela era perfeitamente competente, para readjustar erros da reforma de 68. Fala-se muito contra ela. Mas há muitas coisas que poderiam ter sido feitas, consertadas, emendadas se houvesse o real empenho em zelar pela função da Universidade no desempenho da excelência nacional.

R. — Então acho que ela também foi uma lei de oportunidades ditada pela situação presente.

A Alemanha também, de certa forma, capitulou sobre essa questão, e há 20 anos atrás revogou todas as concessões que havia feito aos reclames estudantis de 68. Revogou melancolicamente porque chegou a conclusão que a universidade alemã estava sendo derrotada pelo esquerdismo e nem sequer havia muita gente nas galerias do Rundestag — Parlamento Alemão — no dia da votação.

Além de ser um pouco a concessão das aspirações estudantis, a Lei 5.540 tinha seu bojo também uma preocupação de eficiência de desenvolvimento por causa de um certo cunho de preferência pelas atividades da tecnologia. E porque se preocupava muito com a eficiência da universidade, não se preocupava tanto com os aspectos culturais e tradicionais, com a história de evitar duplicações, de catedrás e ex-catedrás afins dos departamentos e assegurar, assim, maior eficiência ao esforço da Universidade.

Costuma-se falar do milagre da fragmentação colonial. A colônia espanhola se fragmentou em não sei quantas repúblicas e a colônia portuguesa oferecia ensino superior a todos os cursos jurídicos, em Coimbra, a Universidade do Rei, que servia aos designs de Portugal. Milhares de brasileiros do regime colonial se formaram em Coimbra, a Igreja, o que não ocorreu com a colônia espanhola, onde as fidelidades não eram nitidamente voltadas para os interesses das Coroas, mas para os interesses das grandes ordens e do papado. Provavelmente surgiu uma elite local em cada uma dessas regiões que facilmente centrifugou a colônia em vários centros políticos de poder.

Então, quem sabe, a vergonha de não ter tido ensino superior até 1908, seria uma das razões da nossa unidade nacional.

Mas nunca foi negado ao colonial, ao povo brasileiro, o acesso ao ensino superior, mas desde que o fizesse em Portugal, em Coimbra, a Universidade do Rei, que servia aos designs de Portugal. Milhares de brasileiros do regime colonial se formaram em Coimbra, a Igreja, Agostinho Neto, uma figura da literatura portuguesa, estudou em Portugal.

Costuma-se falar da fragmentação colonial. A colônia portuguesa oferecia ensino superior a todos os cursos jurídicos, em Coimbra, a Universidade do Rei, que servia aos designs de Portugal. Milhares de brasileiros do regime colonial se formaram em Coimbra, a Igreja, Agostinho Neto, uma figura da literatura portuguesa, estudou em Portugal.

O ensino superior é uma realidade que surgiu graças ao acidente napoleônico que nos transformou de colônia em sede da Coroa Portuguesa. Foi a única na América que foi sede da Coroa de uma potência mundial.

Lamento que esse tipo de opinião pan-

letária seja afirmada por um órgão de as-

sociação de docentes que deveria reunir to-

dos os docentes, não apenas um segmento

A Reforma Universitária e o Movimento Estudantil

O Sociólogo e vereador do PMDB, André Foster, foi presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da então Faculdade de Filosofia da UFRGS, entre 1966 e 1967. Em seu gabinete na METROPLAN (Fundação Metropolitana de Planejamento), onde exerce o cargo de Diretor Superintendente, contou ao ADverso o que foi a reforma Universitária sob a perspectiva do movimento estudantil, do qual tomou parte.

P. — Qual a origem do movimento estudantil brasileiro?

R. — Vinha de um período anterior a 64, onde muitas das reivindicações políticas eram puxadas pelos estudantes universitários. Sua ação era vinculada a temas específicos da educação e havia um entendimento de que a questão da educação era ligada a estrutura sócio-econômica. Logo, as mudanças específicas que apregoavam estavam atreladas às de ordem econômica e social, vinculadas à realidade brasileira.

P. — A discussão sobre reforma universitária partiu do governo ou dos estudantes?

R. — O Movimento estudantil foi quem levantou a discussão. Criticava a característica elitista da Universidade, sua desvinculação da sociedade, o bacharelismo, a alienação em relação à realidade brasileira. O movimento refletia a tomada de consciência da realidade nacional das décadas de 40, 50 e 60 na medida em que era presa a padrões da oligarquia agrária. Essa característica se refletia na própria estrutura da Universidade.

P. — As greves no interior da universidade tinham qual propósito?

R. — Por exemplo, para acabar com o sistema de cátedras. Havia um dono da cadeira, que dispunha da disciplina e isso se assemelhava ao sistema feudal, era o sistema feudal da área. Os estudantes queriam democratizar a universidade. Ao mesmo tempo se apontava o caminho de uma universidade que precisava ser reformada para adequar-se às exigências de um Brasil autônomo, com fortes conotações nacionalistas e democráticas.

P. — O que marcava o debate político da época?

R. — Em síntese era marcado pelo confronto entre segmentos conservadores da sociedade, (propondo um modelo de desenvolvimento vinculado ao capitalismo internacional) e interesses nacionalistas (reivindicando a reforma agrária, uma política anti-imperialista, reforma da educação, enfim, reformas de base). Este era o debate

político de 64. Veio o golpe que o sustou bruscamente. A "revolução" representava o recurso que as classes dominantes tinham para assegurar o processo de crescimento da sociedade nos termos que serviam à burguesia nacional, articulada com a burguesia internacional e agrária. O regime militar utilizou-se de expurgos, cassações e perseguições. Isso fez com que os estudantes diminuíssem o âmbito político de suas reivindicações para ater-se a confrontos mais imediatos — a repressão. Perdeu força mas, ainda por um tempo, protestou veementemente contra a ditadura militar.

P — Aí veio a reforma...

R. — Por volta dos anos 66, 67, 68 começava a se atacar a proposta de universidade paga, o acordo MEC-USAID. Este acordo expressava um conceito de universidade-empresa, subordinando a entidade às necessidades do modelo que se instalava, que, entre outras coisas, buscava a supressão do debate sobre as funções da Universidade. Preponderantemente, vinculava a universidade às exigências do desenvolvimento definido autoritariamente. A comunidade não podia discutir o modelo que já havia sido determinado pelo regime. O debate acabou pela introdução do decreto 477, que foi o AI-5 da universidade.

Por algum tempo o ME ainda continuou atuando, mas a repressão terminou por esterilizar a universidade. Uma outra consequência foi o desvio de muitas lideranças que desistiram desse espaço para atuar em movimentos clandestinos — a luta armada no campo e na cidade. As lideranças buscavam as bases.

P. — Qual a influência dos movimentos estudantis internacionais na luta que se travava no Brasil?

R. — A natureza dos movimentos internacionais eram diferentes do nosso, ainda que lá tivesse uma forte vinculação com questões universitárias. Aqui estava mais vinculada à história do desenvolvimento econômico brasileiro. A industrialização altera a organização de classes. A presença dos trabalhadores, de novos segmentos começam a ter importância, vão instaurando um Brasil moderno, com novas funções, novas categorias sociais, com uma organização social mais complexa.

Surgia a conscientização da manipulação do desenvolvimento que se instalava, manipulação que atendia a interesses internacionais, à burguesia agrária que não queria mudar, vinculada à burguesia industrial. De um lado há um núcleo conservador, de outro uma sociedade se adaptando e que exige mudanças. As massas oprimidas do campo e da cidade exigindo integração com o desenvolvimento. Mas se viam participando do trabalho e excluídas do consumo. Os salários baixos liquidam com o próprio modelo econômico, com o mercado interno. A trajetória desse período iniciou com a industrialização dos anos 30, que levaram a uma renovação da sociedade — a urbanização. Esta exige alternativas de desenvolvimento diferentes do que existia — reforma do Brasil urbano, reforma agrária, reforma das relações internacionais. De 45 em diante ocorria um processo de democratização da sociedade. Os governos enquan-

to expressão de processos eleitorais, eram produtos de composições, de alianças, por isso havia contradições. O processo de democratização se dava sobretudo pela presença, cada vez maior, de uma população urbana. Os governos eram de conciliação. Compunham com as classes dominantes mas não podiam deixar de acenar com o processo democrático.

Durante o último período, o de Goulart, esse processo ganhou uma expressão mais forte, só contida pelo golpe de 64, caso contrário algumas reformas avançariam. E a reforma universitária orientou-se nesse sentido.

P. — E hoje, como está a universidade?

R. — Hoje carece de definições. No regime militar havia uma definição: o modelo econômico é "X", a universidade é "X". Acaba o regime militar e a universidade não define seu papel. O modelo autoritário está em crise. O jogo político do Brasil, entre outras coisas, vai dizer quem tem a hegemonia do país. É uma fase recente. Pós-ditadura, mas o sistema de alianças não está claro ainda. A transição chegou à universidade, que se desatrela do que a conduzia, mas ainda não se definiu. Talvez esteja ligada às definições políticas ao que vai ocorrer no país daqui pra frente. Quem afinal de contas vai formular uma diretriz para a Universidade? Essa questão não se resolve só no interior da universidade, mas no processo político da sociedade brasileira. A universidade deve participar desse processo. Ocorre que ela não tem mais o peso político por causa da crise em que vive, ao contrário do que acontecia na década de 60.

P. — Qual a diferença fundamental entre 60 e 80?

R. — Em 60 o movimento estudantil não falava unicamente por si. Mas pelos trabalhadores da terra, da cidade, era articulador das reivindicações sociais de um modo geral. Hoje os trabalhadores têm sua própria expressão político-partidária, estão mais organizados. Antes a palavra de ordem era do ME.



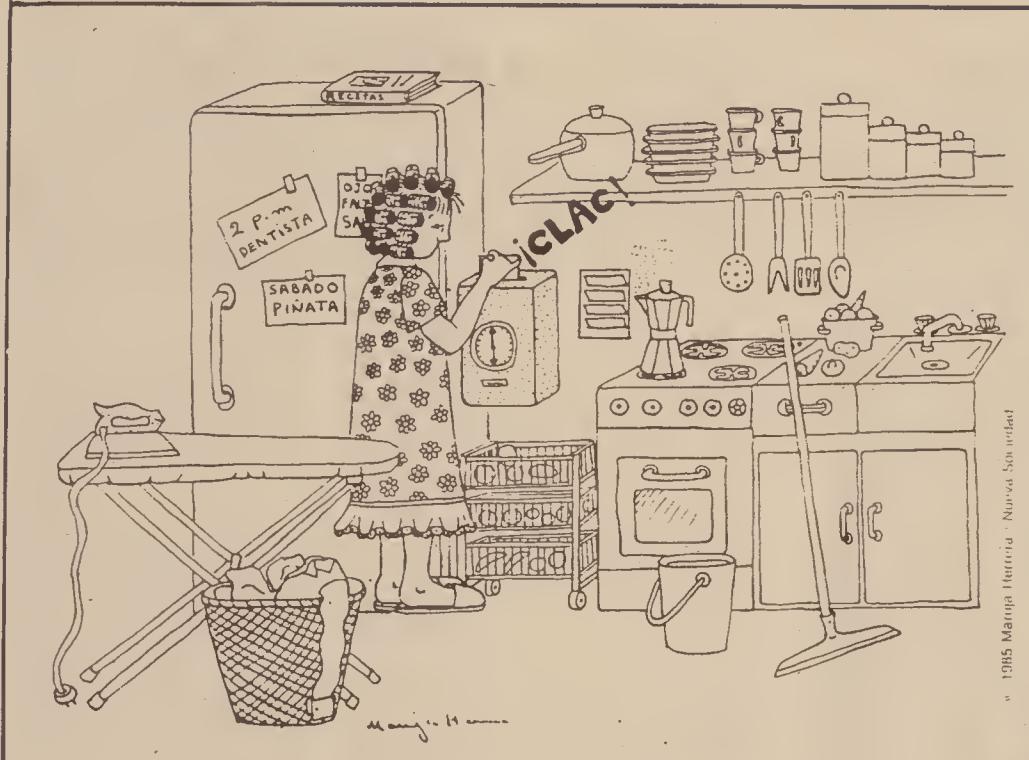
André Foster:

"O modelo autoritário está em crise"

NOVOS SÓCIOS

Professores da UFRGS, da Escola Técnica de Comércio e do Colégio Aplicação que ainda não se associaram à ADUFRGS, poderão encaminhar a proposta encartada nesta edição à Av. João Pessoa, 409, CEP 90.040 — Porto Alegre. Informações no local ou pelo telefone (051) 26-2719.

<i>"ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL"</i>	
<i>PROPOSTA DE SÓCIO</i>	<i>Nº</i>
<i>NOME:</i>	
<i>UNIDADE:</i>	<i>DEPARTAMENTO:</i>
<i>CATEGORIA FUNCIONAL:</i>	
<i>ENDEREÇO RESIDENCIAL:</i>	
<i>FONE:</i>	
<i>ENDEREÇO COMERCIAL:</i>	
<i>FONE:</i>	
<i>DATA:</i>	<i>ASSINATURA:</i>
<i>APROVADO EM DIRETORIA EM:</i>	
<i>ASSINATURA:</i>	



Uma pesquisa multidisciplinar traça o perfil da mulher brasileira e conclui que quase nada mudou nos últimos dez anos.

A MULHER BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

A realidade da mulher no país é marcada pela pobreza, desnutrição, baixos salários, precárias condições de higiene e saneamento e dupla ou tripla jornada de trabalho. Sobre ela recai quase exclusivamente a responsabilidade pelos filhos. Apesar de todas as adversidades ela hoje estuda mais do que há 10 anos, participa mais da política do país e trabalha mais. No entanto, todos os mitos em torno de sua ineficiência permanecem inalterados, registrando apenas tênues indícios de mudança.

Essas conclusões foram tiradas da pesquisa "Diagnóstico da Mulher Brasileira nos anos 80", da Fundação Carlos Chagas, abrangendo a maioria das regiões brasileiras. No sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) o estudo ficou a cargo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS que, para cumprir o projeto, ampliou a composição do grupo original com equipes de professores e alunos da Universidade. O trabalho, dividido em sete temas (Trabalho, Creches, Educação, Saúde, Participação Política, Política Governamental e Mulher Negra) está sendo coordenado pela professora Maria Noemi Castilhos Brito, do IFCH e desenvolve-se na sede da Escola de Enfermagem da UFRGS.

A Fundação Carlos Chagas, que tem seu projeto financiado pela Fundação Ford, fará a síntese das pesquisas e editarão sete livros com métodos, objetivos e conclusões observados em cada área.

Não Tem Negro no Brasil

A contar com os dados estatísticos existentes, não existem negros no Brasil, afirma Luciane dos Santos, aluna do 5º semestre da Escola de Filosofia da UFRGS, auxiliar da pesquisa sobre a Mulher Negra, dirigido pela professora petronilha Silva, doutora em Educação pela UFRGS. A maior parte dos dados fornecidos pelos censos do IBGE, assim como pelos PNAD's (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio que o IBGE faz de dois em dois anos) não oferece o referencial correto, em muitos casos, também exclui a distinção por sexo de suas pesquisas.

Em linhas gerais, o diagnóstico para a mulher negra da região Sul, considerando-se o período compreendido entre 1975/1985, onde toda a pesquisa se situa, mostra uma mulher que estuda menos que o restante da população, inclusive em relação aos homens de sua raça. Em sua maioria, quando em idade economicamente ativa, presta serviços domésticos e de faxina. As condições de trabalho oferecidas às negras são

inferiores às proporcionadas às brancas, mesmo que estas tenham a mesma escolaridade, experiência, treinamento e desempenhem a mesma função que as demais.

Com sete anos, começa a trabalhar e os baixos salários obriga a população feminina negra a buscar um segundo emprego que, muitas vezes é a prostituição. Essas condições não diminuem, no entanto, a participação política, entendida como o "assumir de idéias e posturas em favor do povo negro" tendência que, segundo a pesquisa, aumentou na última década.

Discriminação

Teresinha Burmeister, mestre em história da Mulher pela Universidade Roskilde, da Dinamarca, coordenou os temas Trabalho e Creche. Ela conclui, em linhas gerais, que não houve modificação significativa na situação da mulher no mercado de trabalho nos últimos 10 anos. A discriminação continua, diz. Ela ainda está inserida nos chamados guetos femininos, sistematicamente ganha menos que os homens, até nas profissões maciçamente femininas — secretárias, Professoras de I e II graus, auxiliares de enfermagem, balconistas, etc. — e a proporção dessa diferença aumenta na medida em que a profissão é mais qualificada.

Uma das principais tarefas da pesquisa feminista, explica a Professora, é a de criar novos conceitos que possam vir a se transformar em instrumentos para a obtenção de dados que as estatísticas desconsideram. O conceito de trabalho com o qual se opera não é de trabalho, mas de trabalho assalariado, enquanto deveria enquadrar todas as atividades domésticas e o trabalho manual da pequena proprietária, por exemplo.

Esta é uma questão central porque não se consegue entender as diversas formas de discriminação sem entender o pano de fundo que é o desrespeito ao trabalho doméstico e todos os estereótipos, mitos que organizam a mulher no mercado de trabalho. A partir de uma amostra qualitativa, a equipe de Burmeister concluiu que a maioria das mulheres combina o trabalho extra-doméstico com o doméstico. A característica principal desta combinação é a fragmentação, ou seja, a mulher desenvolve suas atividades em pequenos segmentos. Levanta e faz o trabalho doméstico. Sai para trabalhar. Volta para casa ao meio dia, dá almoço e retorna para o seu trabalho. A noite novamente encarrega-se da casa e, quando pára, normalmente desenvolve trabalhos artesanais (crochê, tricô, costura, etc.) Isso demonstra uma grande capacidade de organização, e de desenvolver várias atividades

ao mesmo tempo. Ela cuida dos filhos e faz tricô para vender, cozinha e faz doces e salgadinhos "prá fora".

Mentiras

Outro aspecto da discriminação ao trabalho feminino detectado na pesquisa é quanto a justificativa de menores salários alegando o fato das mulheres serem mais instáveis, com uma ligação mais casual e menos intensa com o trabalho. Não é verdade, afirma Burmeister. A maioria das mulheres trabalha 40 horas semanais ou mais. E em uma proporção crescente de 1970 para cá. Aumenta também o número de mulheres casadas que trabalha. A faixa onde se encontra o maior número é ainda a das solteiras, depois vêm as separadas. Quanto ao mito de que as mulheres trabalham em tempo parcial é uma mentira, sem base estatística, que continua circulando e serve de argumento para pagar menos. As pressões econômicas no interior da família (separação ou salário do marido insuficiente) são ainda as maiores motivações para o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Mas, segundo as taxas de atividade por nível de escolaridade, se percebe que a mulher mais qualificada tende a trabalhar mais, ou seja, a qualificação leva a um desejo de exercer outra atividade que a doméstica. Assim, o percentual de ingresso no mercado de trabalho para as mulheres, entre 1975 e 1980, é de 50%, enquanto que para os homens é de 10% apenas.

Trabalho Rural

Enquanto que no resto do Brasil a tendência é de saída da mulher da forma de trabalho rural, inserindo-se na indústria e no setor dos serviços, no RS isso não ocorre. De 1970 a 80, a presença

da mulher no campo aumentou. Isso se deve a características específicas das transformações econômicas da região Sul. O processo de modernização da agricultura fez com que famílias de pequenos agricultores deixassem o campo. Estas foram reincorporadas depois, mas como mão-de-obra assalariada.

Prostituição

Sobre a profissão de prostituta, enquanto área específica não há ainda conclusões definitivas por absoluta falta de dados, diz a professora. Esta profissão, ou seja, a prestação de serviços sexuais, responde a uma demanda do mercado. O que se conclui da pesquisa é que há uma tendência de aumento do "exercício da sexualidade", como segunda ocupação, como complementação salarial.

Os Filhos da Mãe

Estudos sobre creche, segundo a pesquisadora Denise Dora, advogada e mestrandona em Sociologia, interessam a pesquisa em pauta na medida em que, através da história da civilização, até hoje, o cuidado com as crianças é responsabilidade feminina, o que corresponde a uma relação de poder sobre a mulher. No entanto, é um direito da criança e que, de fato, interessa tanto aos homens quanto às mulheres.

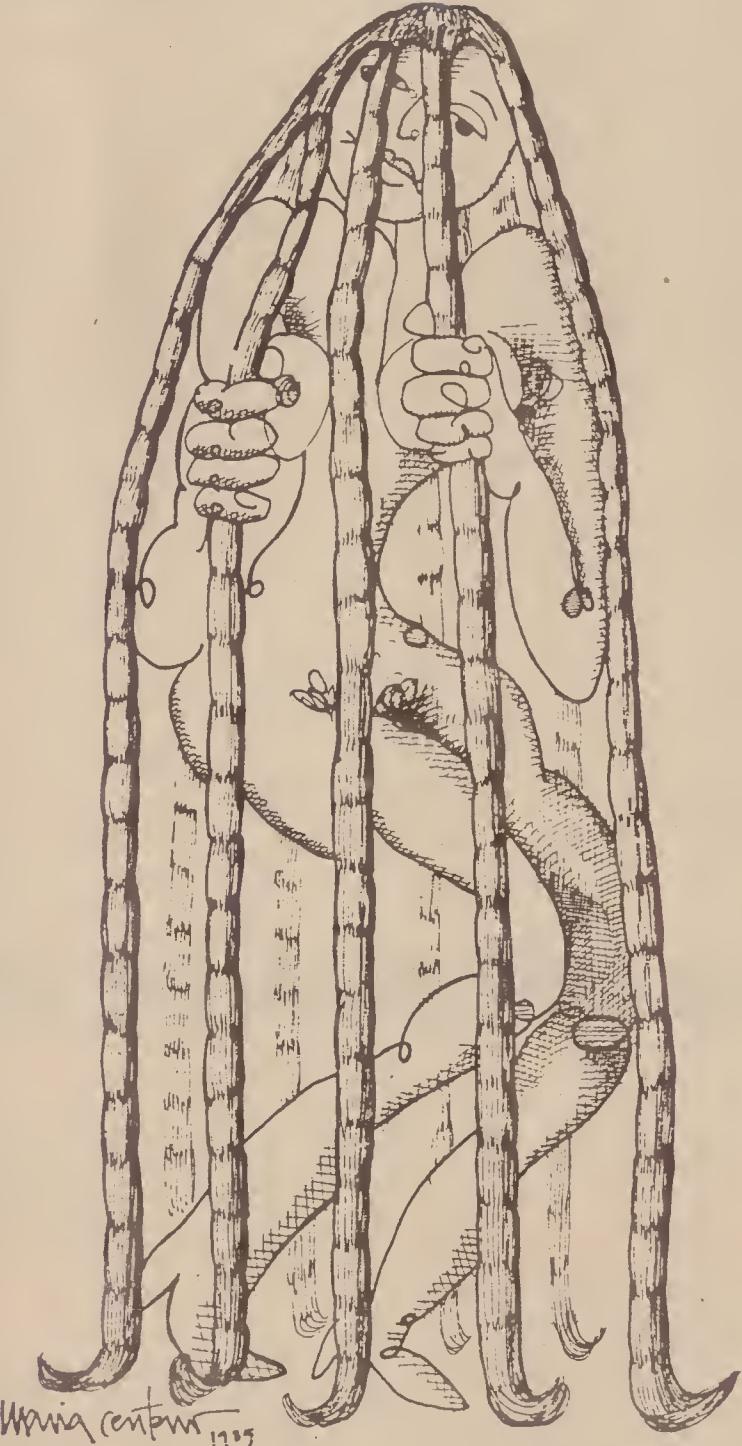
Desenvolvida em dois eixos (políticas públicas e privadas), as conclusões genéricas sobre a rede pública mostram que estas são basicamente assistencialistas. Não tratam o assunto como um direito da população, mas enquanto uma concessão, afirma Denise Dora. Além disso, as várias entidades, com exceção da FEBEM, mantêm vínculos com a política partidária. As Instituições (FEBEM, LBA, MAPA) não atendem a demanda real, mas a 10% da necessidade



LIVRARIA
&
PAPELARIA

LIVROS POR REEMBOLSO
CX. POSTAL 15058 - PALEGRE - RS - 91500
CAMPUS DO VALE - UFRGS - MÓDULO COMERCIAL

A MULHER BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80



da população carente.

A assistência pública oferece basicamente alimentação às crianças atendidas. Não há preocupação pedagógica ou de outro tipo de estímulo. Porém, sob o ponto de vista da população atendida é muito, observa a pesquisadora.

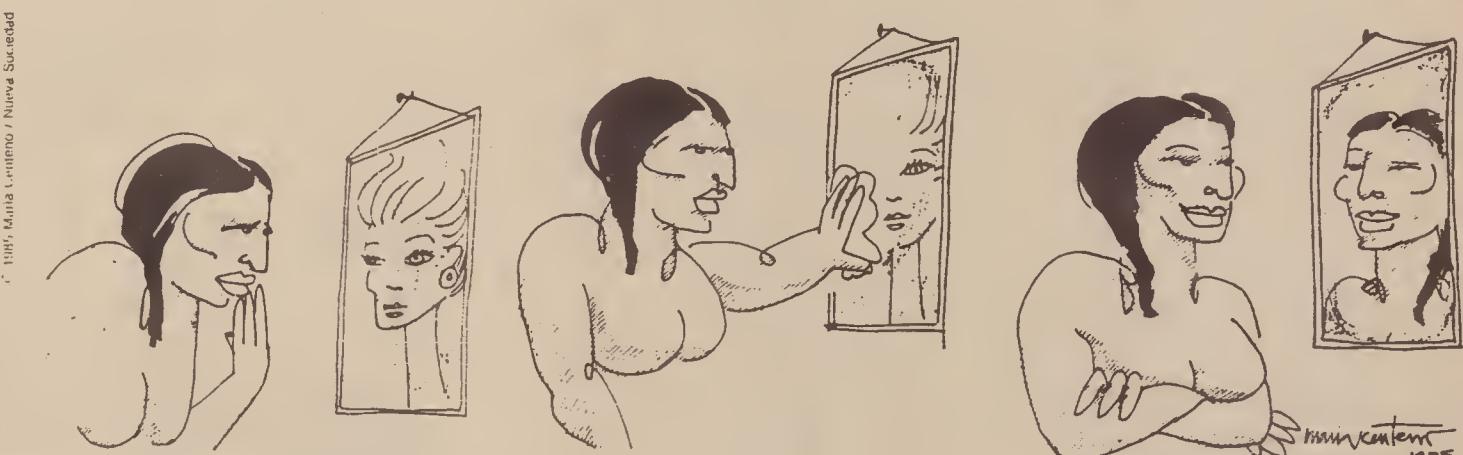
Mães Crecheiras

É interessante observar a participação da comunidade nessa atividade. E a participação de militantes dos movimentos comunitários muda a qualidade do serviço oferecido, incluindo, por exemplo, ingredientes como a linguagem afetiva. As próprias instituições dão atendimento às creches via reivindicação desses movimentos.

De fato, cada vez menos as creches são atendidas pelas entidades públicas. Limitam-se a construir em terrenos obtidos pela comunidade, oferecem uma verba para a construção do estabelecimento, mas não estabelecem parâmetros para seu funcionamento. Fornecem um alvará mas não há preocupação com a salubridade, exemplifica a pesquisadora.

Mas a sociedade se organiza espontaneamente para complementar as falhas do serviço público. O papel das vizinhas, comadres e parentes é fundamental. Segundo o estudo, foi da solidariedade no interior da comunidade que surgiu a figura da mãe crecheira e os lares vicinais, que se ocupam da criança para que as mães possam trabalhar. As entidades, cujo melhor exemplo nesse caso é a FEBEM, estabelecem relações com as mulheres das vilas, repassam uma renda por criança atendida e mantêm, a um custo reduzido, essas "creches comunitárias".

Um dos exemplos mais característicos da figura da mãe crecheira é o oferecido por uma se-



Do que Adoceem e Morrem as Mulheres?

Entre os objetivos do item saúde, desenvolvido sob coordenação da professora da Escola de Enfermagem da UFRGS, Marta Júlia Lopes, mestre em Sociologia do Trabalho, está a tentativa de elucidar as condições gerais de vida e saúde, desvendar, no meio de estatísticas asséquias, do que adoceem e do que morrem as mulheres sulistas.

No mundo, são as mulheres as maiores responsáveis pela prestação formal e informal de serviços de saúde, diz Lopes e, apesar disso a população feminina é mantida à margem da tomada de decisões e do poder nessa área. São as mulheres as maiores freqüentadoras dos serviços de saúde. São elas também que em casa ensinam e são responsáveis por práticas de higiene pessoal e ambiental e assumem a tutela dos controles de saúde de todos os membros da família.

Só Útero?

Inadequados e precários, os serviços de saúde dirigidos especificamente à mulher referem-se unicamente à sua fase reprodutiva. Ela é vista, portanto, como um útero, enquanto uma matriz grávida, que fragmenta e destrói a perspectiva da pessoa integral, da cidadã.

Ainda não se pensa, no Sul, em problemas como a assistência ginecológica periódica, mesmo considerando-se que os problemas leves (corrimento, infecções) estão na base do câncer ginecológico por exemplo, se não são tratados. E, no Brasil uma das maiores causas da morte de mulheres é o câncer de colo do útero. Outro tema abordado pela pesquisa trata da saúde mental e a precariedade da assistência agrava-se nessa questão.

A pesquisa registrou a permanência de tabus que acompanham os "problemas nervosos" e que se refletem na assistência. As mulheres são automaticamente associadas com as chamadas "crises nervosas", também rotuladas como "histeria" e os tratamentos ignoram as raízes da dificuldade, "apagando o fogo" com produtos químicos.

Marta Lopes tratou as trabalhadoras da saúde em título especial da pesquisa, considerando seu contingente de mais de 80%. Ela diz que profissões como a enfermagem são analisadas sob a perspectiva da associação com "papéis naturais" da mulher, parte de seu próprio processo de socialização. E lamenta que fatos como o aborto provocado e suas decorrências, bem como a discriminação da mulher pelo desprezo dos profissionais permaneçam sem respostas.

A falta de acesso aos serviços de saúde, segundo a pesquisadora, passa por soluções políticas, onde a estrutura de classe e a distribuição de renda têm que ser avaliadas como principal determinante das condições de vida e saúde. Para a mulher, essa realidade vem somar-se a sua já secundária condição de cidadã sem direitos e com muitos deveres, diz Lopes.

Educação

Tatiana Lenski, mestrandona em Sociologia Rural na UFRGS, assinala que em todos os níveis de ensino, a partir da 5ª série, a mulher ultrapassa o homem em termos de escolaridade e em anos de estudo. É só a partir dos 15 anos de estudo que o homem tem uma presença mais marcante. Apesar de toda desvalorização das profissões ditas femininas, argumenta a coordenadora do tema Educação, a presença da mulher ainda é predominante nos cursos de Letras, Enfermagem, História, Pedagogia, Ciências Sociais e outros tradicionalmente femininos.

A taxa de analfabetismo feminino está decrescendo, afirma Tatiana e se verifica mais acentuadamente na idade adulta, ou seja, a partir dos 40 anos de idade.

Outro aspecto desenvolvido pela pesquisadora refere-se à presença feminina nos livros didáticos. A mulher é tratada enquanto mãe, voltada aos cuidados das crianças, enquanto que a transmissão do saber é tarefa do pai. O que se destaca do conteúdo, em termos genéricos, é a "ideologia da submissão em relação à mulher". Até nos livros didáticos (1ª a 4ª série, indicados pela Secretaria da Educação) as mães brancas são representadas ou como professoras ou como domésticas e as negras sempre domésticas, diz Tatiana Lenski.

Contra o Autoritarismo

É a partir dos anos 70 que se verifica um crescimento da participação da mulher brasileira nos diversos movimentos político-sociais que eclodiram em oposição à instalação da ditadura militar no país. Esta é uma das primeiras observações do capítulo Participação Política, encabeçada pela pesquisadora Jussara Reis Prá, mestre em Ciência Política.

As eleições de 82, consideradas como marco de referência no processo de transformação política do Brasil, marcaram o envolvimento das mulheres de diversos setores sociais na campanha eleitoral, apoiando os diversos partidos concorrentes. De outra parte, muitas das participações de movimentos femininos e feministas, além das trabalhadoras e sindicalistas, se incorporaram aos grupos de mulheres criados nos partidos políticos.

A expressividade política de cada partido que se desenvolvia determinava a maior ou menor integração das mulheres no seu interior. É o caso do PDT e do PTB — e de certa forma o PT — no Paraná e em Santa Catarina que, enquanto partidos de menor expressão eleitoral, não demonstravam tanto interesse como o PDS e o PMDB na integração das mulheres no partido, explica Prá. No Sul, foi a penetração do PDT que proporcionou o surgimento da Ação da Mulher Trabalhista (AMT). Desde 1982 os partidos políticos gaúchos apresentam-se como um dos espaços políticos significativos para o segmento feminino.

Posto Policial

Além da importância da organização partidária, enquanto elemento agregador da questão da mulher, a ênfase vem sendo dada a uma atuação especializada no que se refere às suas questões. Dentro dessa linha de ação foi criado, em 1985, em Porto Alegre, um Posto Policial só para atender mulheres vítimas de agressão e de violência sexual. Em junho de 1986 foi implantado o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), agregado com o INAMPS. No mesmo ano foi criado o Pró-Mulher, da LBA. No ano seguinte destaca-se a nomeação de uma mulher para o cargo de Secretária de Justiça e de sete outras para dirigirem órgãos do Serviço Penitenciário do Estado.

A nomeação das três primeiras Delegadas de Polícia do RS, em março de 88 e, um mês depois, a instalação de mais duas Delegacias para Mulheres (em Canoas e Caxias do Sul) são outros exemplos citados pela pesquisa.

Tanto no Sul quanto no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a luta feminista continua. Sua "questão" permanece na ordem do dia sendo avaliada, repensada e assumida por um número crescente de mulheres. Consta ainda "a busca permanente de espaço de participação política, econômica e social que, independente de sexo, raça, credo ou ideologia, parece não estar muito perto de terminar".

nhora que cuida de filhos de prostitutas da vila Cachorro Sentado, conta a Professora Dora. Inicialmente requisitada para desempenhar a função com ajuda da FEBEM, teve seu trabalho dispensado. Retomou espontaneamente seu papel, recebendo ajuda financeira das próprias mães. Como os recursos são escassos, de dia esta mãe crecheira limpa a padaria do bairro, em troca de pão para seus "filhos". No açoque, faz faxina em troca de carne e assim por diante.

Quanto às instituições particulares, simplesmente não há registros, a não ser o alvará da prefeitura. "É a política de cada um por si", argumenta Dora. "Quem tem recursos paga".

1985 Maria Centeno / Nueva Sociedad

Ação conjunta para Intervir nas Lutas Sociais



Ao tomar posse da presidência da ANDES, durante o XVII CONAD, Sadi Dal Rosso faz um balanço da atuação do Movimento Docente (MD) junto à Assembléia Nacional Constituinte (ANC), analisa o quadro político geral da Nação e prega a articulação dos docentes com a sociedade civil organizada, em relação às questões específicas da educação e às reivindicações sociais gerais.

Os docentes universitários brasileiros construíram na ANDES seu instrumento de intervenção política nas lutas da sociedade, quer nas lutas gerais como as eleições diretas e a democratização, quer nas lutas mais específicas dos docentes, como o salário, a carreira, as condições de trabalho. O trabalho coletivo de milhares de professores consolidou uma entidade autônoma em relação ao Estado, aos partidos e ao poder econômico, com forte democracia interna e com capacidade de ocupar espaços. Essa é a marca inconfundível da ANDES, entidade que se fortaleceu como resultado do trabalho conjunto.

Estamos prestes a ver concluídos os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte.

Estamos firmados até o momento algumas vitórias importantes, entre elas a manutenção da gratuidade do ensino público em todos os níveis, o aumento do volume das verbas federais destinadas à educação de 13 para 18% e as cláusulas relativas à universidade-autonomia, indissociabilidade, valorização dos profissionais, regime jurídico único, financiamento para pesquisa e extensão, cursos noturnos.

Reconhecemos contudo que fomos derrotados em diversos pontos. Sobressai entre eles o papel que é definido, conceitualmente, para o empresariamento do ensino e as medidas concretas estabelecidas em seu favor. Parece correto afirmar que a Constituinte não inovou em relação às condições de operação da empresa privada na educação. Simplesmente, reafirmou as condições de sua reprodução. Entretanto, inovou profundamente em relação à Carta anterior sob o ponto de vista conceitual, porque reconheceu o lucro como legitimamente aceitável na educação e porque estabeleceu que a empresa privada é co-responsável com o Estado, por princípio, pela oferta do serviço educação. A educação não mais é concessão do Estado. A empresa privada negocia com a mercadoria educação por direito líquido reconhecido em texto constitucional.

Vencedora na arena da luta entre o público e o privado, a burguesia nega aos profissionais do ensino as condições mínimas de trabalho e sobrevivência, criando uma odiosa discriminação entre profissionais do mesmo ramo de trabalho: enquanto aos trabalhadores do setor público valoriza a profissão prevendo a carreira do

Mas ao mesmo tempo que 1988 é um ano de crises, indefinições e inflexões para o movimento dos trabalhadores e para as frações democráticas da sociedade civil organizada, é também um ano que pode ser seminal e germinativo.

É necessário, nesse sentido, que o movimento docente busque construir com clareza sua inserção no processo de unificação do conjunto dos trabalhadores brasileiros. O 7º Congresso em Juiz de Fora já reconheceu que a CUT é a central que, dado seu crescimento e sua ação, apresenta possibilidades reais de unificar o movimento dos trabalhadores e permitir, no seu interior, o pluralismo do debate sobre o modelo econômico e político de sociedade que queremos construir. Aproveitar da ocasião propiciada pela discussão da sindicalização do funcionalismo público para avançar o debate sobre a filiação a uma central sindical é tarefa inadiável.

"A proposta de transição burguesa (...) não se firmou".

A articulação dos docentes com a sociedade civil organizada precisa continuar quer em relação às questões específicas da educação, quer em relação às questões sociais gerais. Salienta-se entre as primeiras a primazia de luta que deve ser conferida pelo movimento docente ao acompanhamento do término do processo constituinte, buscando reverter os pontos negativos, à elaboração da legislação complementar, em que se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à feitura do Plano Nacional de Educação junto com a CPB e outras entidades organizadas. É vital que os docentes organizados tenham capacidade de ação junto às Constituintes Estaduais e no processo de adaptação da Legislação municipal.

Face às recentes medidas do Governo Federal que afetam a universidade pública, os docentes precisam reagir, acumulando, forças e intervindo positivamente na construção de uma universidade pública, gratuita, democrática, crítica e com um padrão elevado de qualidade. O aprofundamento e o detalhamento da Proposta da ANDES e das AD's para as Universidades Brasileiras, nas quais se destacam os temas da democratização e da avaliação institucional e do trabalho acadêmico são exigências demandadas a todo o momento dos docentes e às quais precisamos responder urgentemente. No terreno da prática, os avanços de democratização institucional para serem defendidos precisam da participação conjunta dos docentes, servidores e alunos, que mesmo assim não conseguem ser sustentados, a exemplo do que ocorreu na Bahia e Rondônia.

Os docentes federais assumirão um nível novo de intervenção, já previsto há tempos mas somente agora viabilizado, com a luta conjunta que travamos com funcionários públicos e os trabalhadores das estatais. Auxiliar a construção deste conjunto organizado é a alternativa mais avançada que se apresenta para o setor.

No setor das universidades ou IES estatais, é preciso aprofundar a relação entre os movimentos docentes dos diversos estados, bem como trocar as experiências importantes de transformação interna das instituições, além de continuar a luta por salário, carreira, condição de trabalho.

Os docentes do setor das escolas particulares vêm sofrendo de inigualável repressão há anos, sendo difícil até a própria organização dos professores em entidades representativas. As IES particulares constituem o horizonte de expansão para a ANDES. Para que isso seja realizável, o movimento em seu conjunto precisa assumir a luta pela aprovação do projeto de lei que garante a estabilidade dos dirigentes de associação, pela estabilidade no emprego, pelo salário, pela reversão das omissões constitucionais quanto à carreira docente, piso salarial e democratização nas instituições. Para o movimento docente coloca-se ainda a necessidade de pensar a política de transição do ensino privado para o público.

O Movimento Docente deve construir, com clareza, sua inserção no processo de unificação do conjunto dos trabalhadores brasileiros

Pretendemos aprofundar os vínculos da ANDES, com entidades internacionais que defendem a educação pública e gratuita.

Em termos de posicionamento político, nossa diretoria dá continuidade ao trabalho eficiente e combativo desenvolvido pela diretoria da ANDES, gestão 86/88.

A ANDES articula, representa e deve dirigir este movimento multifacetado, cujos desdobramentos e formas de lutas concretas são tantos que não podem ser contidos todos num discurso, mas que são fundamentais para o avanço da democracia na Universidade e na sociedade.

Hoje toma posse não apenas um diretoria; o movimento, enquanto coletivo, é que assume mais uma vez a direção de sua entidade. Na ação conjunta orientada pelas diretrizes retiradas das instâncias democráticas de deliberação do movimento, é que reside esta nossa força e a certeza de que podemos continuar avançando na construção de um movimento democrático, com capacidade de intervenção nas lutas da sociedade.

SAÚDE

As Conclusões do V Encontro

"A universidade brasileira deve ter uma participação efetiva na construção do sistema de saúde que responda às necessidades da maioria da população brasileira". Esta foi uma das principais conclusões do V Encontro Nacional de Docentes da Área da Saúde, realizado nos dias 1º e 2 de junho, na Escola de Enfermagem da UFRGS. "A definição do seu espaço e de suas atribuições e competências neste sistema, deve ser objeto de uma reflexão intensa e contínua. A pesquisa, o ensino e a extensão, em suas várias possibilidades devem ser definidas de maneira harmônica, de modo que não haja comprometimentos de qualquer um em detrimento de outro", relata o documento final do Encontro.

Ainda entre as conclusões, segundo a atual coordenadora nacional do Grupo de Política de Saúde da ANDES, professora Eliane Novato Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais, estão os desvios gerados pelo MEC/MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social), como a hipertrofia do caráter assistencial, a exploração e deturpação do papel do docente e desobrigações do MEC no financiamento e manutenção dos serviços universitários de saúde. Segundo a coordenadora, estes desvios devem ser denunciados e repudiados por toda a comunidade universitária.

A diretoria da ADUFRGS, entidade organizadora do evento, destaca ainda que a tônica dos movimentos tem sido a desmobilização, aconselhando a ativação de canais de comunicação entre as AD's e os GT's (Grupos de Trabalho de Saúde). Essa proposta vem ao encontro da necessidade de se estruturar encontros nacionais e regionais planejados a partir de questões relevantes no meio acadêmico as quais estão vinculadas às políticas gerais de educação e saúde do país.

A comissão organizadora do Encontro da Saúde registrou a presença das Associações de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Amazônia, Federal de Santa Catarina, Federal de Minas Gerais, de São Paulo, de Brasília, do Rio de Janeiro, e de Pernambuco. Destaca também a participação dos trabalhos do médico César Albuquerque (presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre) e dos professores Fernando Pires Molinos (da Odontologia da UFRGS) e José Maria Wiest (da Veterinária da UFRGS).

DESCASO E INÉRCIA ADMINISTRATIVA

A CPPD está desativada há mais de 90 dias e os processos de alteração de regime de trabalho dos servidores docentes amontoam-se à espera de definição. A Comissão de Enquadramento da Universidade espera, há seis meses, ajuda para examinar os inúmeros casos de acumulação de cargos. Enquanto isso, decisões são tomadas de cima para baixo, ignorando todas as regras estabelecidas e professores continuam atuando irregularmente.

No início do ano, o plenário do Departamento de História da UFRGS enviou um ofício ao Reitor Ferraz, manifestando sua desconformidade com os procedimentos que pautam as alterações de regime de trabalho na Universidade. Os 19 professores que assinaram o documento, referiam-se ao caso específico da professora Heloisa Corso, contemplada com o regime de Dedicação Exclusiva pela portaria 262 de 9 de fevereiro de 88. O processo da Professora, cedida à Reitoria e afastada das atividades docentes há cerca de dez anos, não seguiu os trâmites normais que, via de regra, devem atender a uma solicitação do departamento correspondente, ser analisado pelo CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Do-

cente) e aprovado pelo Colegiado do Departamento e pelo Conselho Departamental da unidade a que se refere.

Outra regra, a da obediência a uma ordem cronológica dos pedidos de alteração de regime de trabalho também foi ignorada. Segundo o ofício, Corso furou a fila composta por três pessoas, sendo que o primeiro nome está à espera de uma decisão há dois anos.

INÉRCIA ADMINISTRATIVA

Celi Pinto, professora de Departamento de História da UFRGS, atribui o fato ao desrespeito aos procedimentos da Universidade, acrescido da falta de uma política acadêmica. Ela diz que apesar de ter críticas quanto a estrutura da Universidade, esta existe, com procedimentos claros que não conferem ao Reitor o direito de passar por cima de todas as instâncias.

De fato, a questão da portaria 262 remete à inércia administrativa que se verifica na Universidade. A CPPD, por exemplo, está desativada desde o mês de março passado, quando expirou o mandato de seus membros. E sem condições de atuar desde abril do ano passado, data da promulgação da lei federal 7596, a chamada Lei da Isonomia. Conforme explica o professor da Faculdade de Veterinária, José Oscar dos Reis Remião, último presidente da CPPD, nem a lei 7596, nem o decreto 94644 (de 14 de julho de 88), nem as portarias do MEC que se seguiram fixaram normas para o funcionamento das novas CPPDs que instaurou. A administração central, por sua vez, não acionou seus órgãos no sentido de definir a constituição do CPPD e, assim, cumprir a lei. Esta foi regulamentada em 23 de julho. "No dia 24 a responsabilidade passa para a Universidade."

PREJUÍZO

A morosidade, analisa Remião, resulta de um enorme prejuízo para os docentes que não têm seus processos examinados. Sem citar números, diz que o acúmulo de processos na CPPD é enorme, fato que já ocorria quando assumiu sua pre-

sidência, porque o órgão, naquela época, estava desativado há 10 meses. O professor acusa os Conselhos Universitários de inertes e estanques, justificando a afirmação com o pouco caso que foi dado a um estudo que dirigiu a respeito das progressões funcionais. Para encontrar uma forma justa de atuar nessas promoções, consultou todos os professores e as mais de 100 sugestões recebidas resultaram em um ante-projeto de solução encaminhada ao COCEP. Não obteve resposta.

ACÚMULO DE CARGOS

O descaso da administração central com a CPPD não é exceção. Há críticas de todos os lados, como as que partem do professor Cláudio Scherer, representante da ADUFRGS junto à Comissão de Enquadramento da Universidade. No âmbito da Lei de Isonomia, foi estabelecido um plano único de Cargos e Salários para os servidores docentes e técnico administrativos. Para tanto foi criada uma Comissão de Enquadramento que se deparou, entre outros problemas, com um índice alarmante de acumulação de cargos dos docentes. Cerca de 900 casos. Desse número, menos de 200 tinham processos julgados, outro tanto em andamento e o restante sem processo. Dos em andamento há casos que datam de 1967. E os professores continuam atuando, com exceção de 5 casos, julgados em flagrante violação legal e já regularizados.

Dados os quase 500 processos a examinar, tarefa paralela às demais atribuições da Comissão de Enquadramento, o órgão solicitou ao Reitor a criação de uma comissão especial para estudar estas questões, que, com seus 13 membros, sente-se impedida de agilizar em tempo hábil. Isso foi há seis meses. Não obteve resposta.

Para o Diretor da Faculdade de Física, professor Eduardo da Rocha Vieira, é premente a necessidade de se contar com mecanismos efetivos de cobrança das atividades tanto administrativas quanto de ensino na Universidade. Esta solução talvez superburocratize a instituição, que precisará de outros órgãos para cobrar atitudes dos cobradores e assim por diante. Qual a solução?

Pró-Tempore

Conforme o professor Eduardo da Rocha Vieira, membro nato do CONSUN, o tema da ausência da CPPD foi levantado durante uma reunião ordinária desse Conselho. Foi sugerida a criação de uma CPPD pró-tempore, encarregada de, finalmente, dizer como será a CPPD definitiva, como atuará, quais suas atribuições, etc. Essa comissão provisória foi eleita pelo CONSUN e pelo COCEP, e pretende solucionar a questão em 120 dias. Ela está assim constituída: Pelo CONSUN, professores Sadi Corso (Diretor da Faculdade de Farmácia), Luiz Severo Panta (Diretor do Instituto de Matemática) e Eduardo Vieira (escolhido vice-presidente do CPPD pró-tempore). Representando o COCEP estão os professores Geraldo Kroeff de Farias (da Faculdade de Farmácia e eleito presidente da Comissão), Maria Helena Weber (da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) e Reinaldo da Silva Filho (do Instituto de Artes).

NOTAS

Centro de Documentação do Sindicalismo

A preservação e divulgação da história e da memória do movimento sindical do Estado e a criação de condições para a reflexão e o debate sobre as questões concernentes à organização e atuação dos trabalhadores estão entre os principais objetivos do CDS — Centro de Documentação do Sindicalismo, recentemente incorporado pelo Programa de Pós-Graduação do IFCH da UFRGS.

O CDS conta com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEPE do CNPq, e prevê manter suas atividades de coleta e organização de documentos sobre a questão sindical, atualização de um “thesaurus” especializado sobre os temas, assim como a realização de levantamentos e estudos na área.

Acervo

Aberto ao público, o acervo do Centro é constituído de documentos históricos posteriores a 1945, livros, periódicos, folhetos, panfletos, cartazes e boletins sindicais. O CDS conta ainda com um grupo de pesquisadores que responde pela Coordenação Regional do Grupo de Trabalho “Classe Operária e Sindicalismo”, da ANPOCS, e participa da Comisión de Movimientos Laborales do CLASCO — Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

Estudo de Texto

O Centro de Lingüística Aplicada (CLA) está iniciando um projeto de apoio a pesquisas na área de lingüística textual, incluindo teoria da enunciação, análise do discurso e leitura. Informações na sala 216, prédio da Administração do Instituto de Letras, Campus do Vale. Fone 36.47.00.

Atenção

Encerra-se dia 31 de julho próximo o prazo para entrada na Justiça com liminar contra o congelamento da URP. Procure a sede da ADUFRGS para assinar a procuração autorizando a Assessoria Jurídica da Associação a encaminhar o processo. O horário de atendimento é das 9h às 18 horas, na Av. João Pessoa, 409, 3º andar. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 26.2719.

Resultados das eleições no CONSUN

Entre os candidatos a suplentes, venceu o Prof. Ernildo Stein com 88 votos (41,1%), ficando em segundo o Prof. Áttico Chassot com 70 votos (32,7%) e em terceiro o Prof. Luiz Carlos Maciel com 31 votos (14,5%), havendo ainda 25 votos em branco.

O percentual de votos nas demais categorias ficou em 53,9% nos adjuntos, 43,8% nos assistentes e 38,2% entre os auxiliares.

IRREGULARIDADES

O RGU, em seu Art. 47, parágrafo 1º, diz expressamente que “as eleições realizar-se-ão, por voto secreto, em cada Unidade, na mesma data, mediante convocação individual expedida pelo Reitor da Universidade, por intermédio dos Diretores das Unidades”. A mesma exigência de convocação individual dos eleitores pelo Reitor ou pelos Diretores de Unidades, por expressa delegação daquele, consta do Assento Eleitoral elaborado pela Comissão Eleitoral, no Art. 3º e seus parágrafos.

Esta norma, no entanto, não foi cumprida em todas as Unidades Universitárias. Por esta razão, a diretoria da ADUFRGS encaminhou Ofício à Presidenta da Comissão Eleitoral, Profª Vera Petersen, solicitando a anulação da eleição naquelas Unidades onde houve transgressão das normas

acima mencionadas, e a convocação de novo pleito.

Da mesma forma, a diretoria da ADUFRGS comunicou à Presidenta da Comissão seu desacordo com relação à divulgação dos resultados da votação nas categorias que não atingiram o quorum fixado pelo RGU, por entender que, funcionando como “prévia eleitoral”, tal divulgação poderia viciar o resultado das eleições convocadas para o dia 7.

Nova Consulta

Na eleição de 7 de julho, em substituição a do dia 28 do mês passado, anulada por falta de quorum, foram eleitos os seguintes professores para representantes das categorias de adjunto, assistente e auxiliar junto ao CONSUN: Representante dos Professores Adjuntos: Eduardo Henrique De Rose, com 51% dos votos; Suplente: Lenita Wannmacher.

Representante dos Professores Assistentes: Iara Mattos Rodrigues, com 39,2% dos votos; Suplente: Tânia Denise Salgado. Representante dos Professores Auxiliares: Luiz Fernando Martins Kruel, com 61% dos votos; Suplente Sônia Mara Moreira Ogiba.